



**INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE VIANA DO CASTELO**

**Odete Maria Alves da Laja**

## **PROPOSTA PARA O ECOMUSEU DO BARROSO EM FAFIÃO**

**Curso de Mestrado  
Gestão Ambiental e Ordenamento do Território**

**Trabalho efectuado sob a orientação  
Professora Doutora Isabel Mourão  
Dr. David José Varela Teixeira**

**Dezembro de 2013**



## **Resumo**

Com a implementação de um polo do Ecomuseu do Barroso em Fafião pretende-se manter e ampliar a base económica do contexto rural desta aldeia, mediante a preservação de atividades competitivas e multifuncionais, a diversificação da economia local e a incorporação de novas dinâmicas.

Para tal, entende-se como prioritário o aumento dos níveis de população na região, por meio de incentivos à fixação de jovens com projetos diferenciados e inovadores, assegurando e aumentando o bem-estar da população, e mantendo os serviços públicos básicos adequados no concelho. Pretende-se recuperar e conservar o património e os recursos naturais e culturais da região, permitindo a sua utilização de forma sustentável. As atividades económicas devem também ser diversificadas, mantendo os setores agrícola e florestal competitivos, e impulsando a criação de novos sectores de atividade. Os aspetos logísticos devem ser melhorados, nomeadamente com a criação de infraestruturas básicas de equipamentos públicos, melhoria da rede de transportes e estruturas de apoio a atividades balneares. A oferta turística deve apoiar-se em aspetos de diversidade e qualidade, incluindo atividades de interpretação e de valorização da paisagem, bem como de contextualização do património cultural, tendo em conta o seu significado social. Deve também ser acompanhada pelo estudo e mensuração da contribuição para o desenvolvimento do turismo, nos seus aspetos económico e cultural, bem como a sua divulgação.

O polo de Ecomuseu do Barroso não deverá ser entendido como uma parcela da comunidade, mas sim como uma integração no seu meio ambiente. Deve abranger todos os setores do meio físico e social, população, património natural, construído e cultural, para assim refletir a coletividade da qual fazem parte, explicando e interpretando a sua história, o seu tempo e todo o seu património. Deste modo salvaguarda-se a memória, permitindo que gerações futuras possam ter a oportunidade de conhecerem as suas referências passadas. Estas iniciativas serão fundamentais para o desenvolvimento económico, representando uma mais-valia para o mundo rural, já que o património natural será sempre salvaguardado e valorizado, contribuindo para o aumento do bem-estar da população. Consequentemente, a procura do turismo também irá sofrer um aumento e, com isso, toda a economia poderá sofrer um desenvolvimento e possibilitar a criação de novos postos de trabalho que na região são, até à data, bastante escassos.

Com este trabalho pretende-se contribuir de forma útil para o processo de instalação do polo de Ecomuseu do Barroso em Fafião. Não é um trabalho conclusivo, mas com ideias de reflexão e uteis para amplas discussões, de forma a sensibilizar a comunidade e as instituições locais para esta realidade continuar até à sua realização total.

**Palavras-chave:** Comunitarismo, ecomuseu, Fafião, sensibilização e valorização

## **Abstract**

The implementation of a part of the Ecomuseu do Barroso in Fafião aims to maintain and expand the economic context of this village, with the preservation of competitive and multifunctional activities, the diversification of the local economy and the incorporation of new activities.

To this purpose, it is understood as a priority the increase of the population levels in the region, through incentives for the settlement of young people with different and innovative projects, ensuring and enhancing the welfare of the population, and the maintenance of the adequate basic public services in the village. It is intended to restore and preserve the heritage and natural and cultural resources of the region, allowing its use in a sustainable manner. Economic activities should also be diversified, keeping the agricultural and forestry sectors competitive, and impelling the creation of new sectors of activity. The logistical aspects should be improved, in particular the establishment of the basic infrastructure of public facilities, improving the transport network and support structures for bathing activities. The tourist offer should be based on aspects of diversity and quality, including interpretation and enhancement of the landscape activities, as well as contextualization of cultural heritage, taking into account its social significance. It must also be followed by the study and measurement of the contribution to the development of tourism in its economic and cultural aspects, as well as its advertisement.

This part of the Ecomuseu do Barroso should not be understood as a part of the community, but as an integration in its environment. It should include all sectors of the physical and social environment, population, natural heritage, built and cultural, thus to reflect the community in which they live, explaining and interpreting its history, its time and its heritage. Thereby the memory is preserved, allowing future generations to have the opportunity to know their past references. These initiatives will be critical to economic development, representing an added value to the rural economy, as the natural heritage will always be safeguarded and valued, contributing to the increase in the welfare of the population. Consequently, the demand for tourism will also be increased, and with it, the entire economy could suffer a development and enable the creation of new jobs in the region that are, to date, very scarce.

With this work it's intended to contribute usefully to the installation process of this part of the Ecomuseu do Barroso in Fafião. It is not a conclusive study, but with some ideas of reflection and useful for extensive discussions, in order to sensitize the community and local institutions to continue this reality to its full realization.

**Keywords:** Communitarianism, ecomuseu, Fafião, awareness and valuation

## **Agradecimentos**

No final de um percurso de grande esforço por parte de diversas pessoas, utiliza-se esta simples página com o objetivo de demonstrar apreço e agradecimento a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este passo se tornasse numa realidade.

Aos meus pais e irmã pelo apoio e ajuda que deram durante o tempo que percorri este caminho, a estes um muito obrigada pela dedicação, em especial na guarda do meu filho Gabriel, e à pessoa com quem decidi partilhar a minha vida.

A todos os amigos de longa data e aqueles que durante esta caminhada passaram e fazer parte da vida futura, agradece-se o apoio e o carinho, sempre partilhados.

Um particular agradecimento vai para a Carla Ribeiro e a Helena Leite pela ajuda preciosa na revisão do texto, sem vocês teria sido bem mais complicado.

Ao coorientador, Dr. David Teixeira, pelo desafio e aceitação de fazer parte deste processo.

E por fim, sem menor importância, à Dr.<sup>a</sup> Isabel Mourão, professora e orientadora deste projeto, pela supervisão, dedicação e empenho que prestou durante esta caminhada, um muito obrigada por me fazer acreditar e nunca desistir de concluir este passo para o futuro.

A todos um muito obrigada por contribuírem para a realização deste passo.

## Índice

Resumo .....	i
Abstract.....	ii
Agradecimentos .....	iii
Índice .....	iv
Lista de Abreviaturas.....	vii
Lista de Quadros .....	viii
Lista de figuras .....	ix
1. Introdução.....	1
1.1 Evolução histórica da Museologia .....	1
1.2 O desenvolvimento do Conceito de Ecomuseu .....	5
1.3 Preservação do meio ambiente enquanto património .....	7
1.4 Ecomuseu do Barroso .....	10
1.5 Objetivos do trabalho.....	15
2. Metodologia e fontes .....	16
3. Características físicas, ambientais, económicas, sociais e culturais, base da criação do Ecomuseu .....	18
3.1 Enquadramento físico e ambiental da freguesia de Cabril.....	18
3.2 Características socioeconómicas da população .....	20
3.3 O turismo na região.....	24
3.4 Baldios de Fafião - C. Diretivo e os sapadores florestais .....	25
3.5 A Associação Vezeira .....	27

3.6	Fauna e Flora .....	28
3.7	Fafião e as suas tradições .....	31
3.7.1	O comunitarismo .....	31
3.7.2	A vezeira das vacas.....	33
3.7.3	A vezeira das cabras .....	37
3.7.4	Os regadios .....	38
3.7.5	O fojo dos Lobos .....	39
3.7.6	As festas da aldeia .....	40
4.	Proposta para ecomuseu do Barroso em Fafião.....	42
4.1	Os objetivos do Ecomuseu.....	42
4.2	Estruturas físicas .....	42
4.3	Trilhos culturais .....	45
4.4	Criação de roteiros para a participação das tradições .....	48
4.5	Educação ambiental e animação cultural .....	49
4.6	Abertura de espaço para venda de produtos típicos.....	50
4.7	Funcionamento e sustentabilidade .....	50
4.7.1	Horários e staff .....	50
4.7.2	Marketing para divulgação do ecomuseu .....	51
4.7.3	Restaurantes com petiscos e pratos da gastronomia regional.....	51
4.7.4	Gestão e financiamento do projeto .....	52
5.	Conclusões e perspetivas futuras .....	54
	Referências Bibliográficas.....	56





## **Lista de Abreviaturas**

CMM – Câmara Municipal de Montalegre

ICN – Instituto da Conservação da Natureza

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Floresta

ICOM – International Council of Museums – Conselho Internacional de Museus

IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas

JFC – Junta de Freguesia de Cabril

MINOM - International Movement for a New Museology. Movimento para uma nova Museologia.

PNPG – Parque Nacional da Peneda Gerês

## **Lista de Quadros**

Quadro 1.1: Comparativo museologia tradicional e ecomuseu, adaptação de Hugues de Varine .....	5
Quadro 3.2: Área e população da freguesia de Cabril, concelho de Montalegre. ....	18

## Lista de Figuras

Figura 1.1: Ecomuseu do Barroso, centro interpretativo, (Ecomuseu do Barroso, autor)...	12
Figura 1.2: Polo de Pitões, (Ecomuseu do Barroso, autor).....	13
Figura 1.3: Polo de Salto, casa do capitão, (Ecomuseu do Barroso, autor).....	14
Figura 1.4: Polo de Tourém, (Ecomuseu do Barroso, autor).....	15
Figura 3.5: Ponte velha submersa pela barragem de Salamonde, (JFC, autor) .....	19
Figura 3.6: Ponte da Misarela, (CMM, autor) .....	20
Figura 3.7: Raça barrosã, cabra Bravia.....	21
Figura 3.8: Densidade populacional por local de residência. Fonte: INE (2013) .....	22
Figura 3.9: Idade média da população residente por local de residência. Fonte: INE (2013). .....	22
Figura 3.10: Taxa de analfabetismo por local de residência. Fonte INE (2013).....	23
Figura 3.11: Taxa de abandono escolar por local de residência. Fonte: INE (2013). .....	23
Figura 3.12: Boi do povo e vezeira das vacas .....	34
Figura 3.13: Exemplar cabana de pastor construída em pedra e torções .....	36
Figura 3.14: Exemplares de mariolas .....	36
Figura 3.15: Vezeira das cabras, (Associação Vezeira, autor) .....	38
Figura 3.16: Fojo dos Lobos.....	39
Figura 4.17: Planta polo principal, (Arq. Alexandra Pires, autor).....	43
Figura 4.18: Imagens do futuro Ecomuseu em Fafião, (Arq. Alexandra Pires, autor).....	43
Figura 4.19: Polo Secundário (Arq. Alexandra Pires, autor) .....	44
Figura 4.20: Edifício existente.....	44

Figura 4.21: Paisagens observadas na realização do trilho do medronheiro .....	45
Figura 4.22: Paisagens observadas na realização do trilho da vezeira .....	46
Figura 4.23: Paisagens observadas na realização do trilho do património cultural.....	47

## 1. Introdução

### 1.1 Evolução histórica da Museologia

A museologia é hoje compreendida de forma diferente, mas é necessário referir a sua evolução. O termo Museu surgiu já na antiguidade arcaica grega, com a designação *Mouseion*, contemplado como casa das deusas, que eram consideradas a força criadora do homem. O museu de Alexandria em Atenas, criado na antiguidade arcaica, baseava-se numa conceção social universal, com o objetivo de abranger o conhecimento do Homem acerca da sua cultura e com a finalidade de preservação e conhecimento do passado, permitindo o estudo através da sua coleção, tornando-se numa instituição de ensino e pesquisa, ([www.educacaoonline.pro.br](http://www.educacaoonline.pro.br)).

É no período Helenístico que o interesse por civilizações e culturas antigas, aumenta passando a ter um valor histórico. Na idade média os museus têm uma relevância de carácter religioso, já que os acervos tinham como objetivo divulgar a sua ideologia, crenças da igreja, com o poder da igreja nesta época, deu-se a transformação dos museus nos principais recetores, de doação de coleções eclesiásticas que, ao lado do património dos príncipes e de famílias fartas, se formavam verdadeiros tesouros, ([www.educacaoonline.pro.br](http://www.educacaoonline.pro.br)).

Com o aparecimento do Renascimento, e com todo o desenvolvimento do Humanismo, reaparece o gosto pela antiguidade Grego – Romana, mas agora não como forma de retorno ao passado, mas sim como análise desse passado. *“A aristocracia passa a preocupar-se com a preservação dos testemunhos da antiguidade, investindo nessa área, substitui a primazia ocupada pelos pontífices na posse das coleções. Os objetivos passam a enriquecer os gabinetes de curiosidades e a engrandecer as novas galerias, e as coleções de objetos de arte e de objetos científicos transformaram-se em símbolos de status”* (Valente, 1995). No entanto, esse amplo movimento de crescimento de interesses e mudanças de comportamento *“não incorporou a abertura da exposição das coleções ao olhar do grande público”* (Valente, 1995). A questão da restante população pode ser questionada, será que esta não teve acesso aos acervos museológicos. Apesar de existir a noção de que a arte era algo comum a toda a população, esta ideia não contribuiu para que as exposições fossem contempladas por toda a sociedade, restringindo-se somente a uma elite mais culta e com poder económico.

Foi com o Romantismo, surgimento de novas ciências, que as instituições com caráter museológico da época, passaram a ter dois lados distintos, isto é, com o museu Britânico criado em 1759 por decisão do parlamento Inglês, tendo estas grandes preocupações de caráter didático na aquisição das coleções, talvez influenciado pelo aparecimento das ruínas de Pompeia e Herculano, por outro lado o museu do Louvre criado em 1793 pelo governo revolucionário, procuravam nas suas coleções características exóticas e de rara beleza, com finalidade lúdica e cultural, que poderia ser contemplada por toda a sociedade (Marques, 2002).

Como consequência, talvez do pensamento positivista, no século XX os museus passam a afirmar-se como espaços particulares. Com a realização do Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus, no Rio de Janeiro em 1958, o museu passa a ser considerado como uma extensão da escola. Passados 14 anos deste seminário dá-se um outro progresso para a museologia, com a Declaração de Santiago do Chile, pretende desenvolver o conceito de património, a fim de se compreender uma outra museologia da qual o Homem era um elemento indispensável (Marques, 2002).

Já em 1984 com a Declaração de Oaxtepec, surgem as primeiras preocupações da integração da comunidade no mundo da museologia, passando o território a ser reconhecido como património de interesse público. Modelo proposto por George Rivière, “o bem cultural deveria ser preservado no seu contexto original” o conceito de território – património - comunidade como uma unidade indissolúvel. Neste mesmo ano os progressos continuam e a museologia comunitária centra os seus interesses na comunidade e seus problemas sociais, com o surgimento da Declaração de Québec, Canadá, tendo funcionado como um 1º Atelier Internacional dos Ecomuseus / Nova Museologia, surgindo o Movimento Internacional da Nova Museologia, conhecido por MINOM (Marques, 2002).

Os novos avanços nas ciências, nas tecnologias e na evolução dos comportamentos e valores da sociedade humana, foram importados modelos aplicáveis às várias perspectivas de saberes museológicos. Hoje em dia os museus já não são locais destinados a uma sociedade restrita e de elite, ou a especialistas, após ampliar o centro de interesse as suas temáticas passam a englobar diferentes camadas etárias e diferentes estratos sociais, o museu passa a fazer parte do quotidiano de qualquer cidadão. Com o evoluir dos tempos e das mentalidades, esta inovação cujos bens culturais estão expostos, são alvo de

perspetivas, a explicação e interpretação dos mesmos, já que nenhum artefacto vive só por si, deve ter um enquadramento, acompanhado pela sua história, o seu passado e mesmo o presente, para assim poder ser recordado no futuro, é através destes elementos que podem concluir a maneira de sentir, pensar e mesmo viver de quem um dia os criou e lhe deu existência (Marques, 2002).

Ao se reconhecer a existência de uma nova museologia, que até então designada por Museologia tradicional, com prática atual em alguns museus convencionais. Foi no X encontro Nacional de Museologia e Autarquias que Mário Moutinho (Moutinho, 1989) referiu o estado dos museus do nosso país, “*Os museus nacionais em Portugal não servem de exemplo para nada, porque em muitos casos estão decadentes*”, completando com um exemplo prático, “*Até o museu da Gulbenkian tem uma exposição há 30 anos, na qual não se mexe, não têm intervenção social, ficando satisfeitos quando os visitantes pagam os bilhetes à porta*”.

Hoje em dia ainda existem museus convencionais, mas foi segundo César Lino Lopes em “História e Ideias da Nova Museologia” (Lopes, 1991), que houve a necessidade de reformar e modernizar de acordo com a evolução científica, filosófica e cultural das comunidades, tornando-os atrativos e consumíveis, por parte da população ciente dos problemas sociais, financeiros e culturais, tornando-se o museu num reflexo da identidade cultural da sociedade. A comunidade local deve criar a sua cultura, o seu desenvolvimento e ser agente de mudança, servindo-se do património como um elemento essencial à concretização das novas ideias. Assim, o museu passa a ser visto em função da sua atividade, a qual pretende adquirir a memória coletiva da sociedade, provocando dinamismo, esta ao tomar consciência do seu presente, conhecendo o passado, tem oportunidade de agir de forma conscienciosa relativamente ao futuro que deseja, deste modo, todos os elementos do seu pertence, são os únicos responsáveis, tornando-se parte ativa do seu museu (Lopes, 1991).

Para a evolução das Nova Museologia existem algum acontecimentos importantes para tais acontecimentos, o Seminário Regional da Unesco sobre a função Educativa dos Museus, realizado no Rio de Janeiro em 1958 onde foi criado um documento da relevância dos museus para a educação, “*...O objeto museológico, entendido como objeto artístico, histórico e tridimensional...*” (Primo, 1999). Posteriormente realiza-se em Santiago do

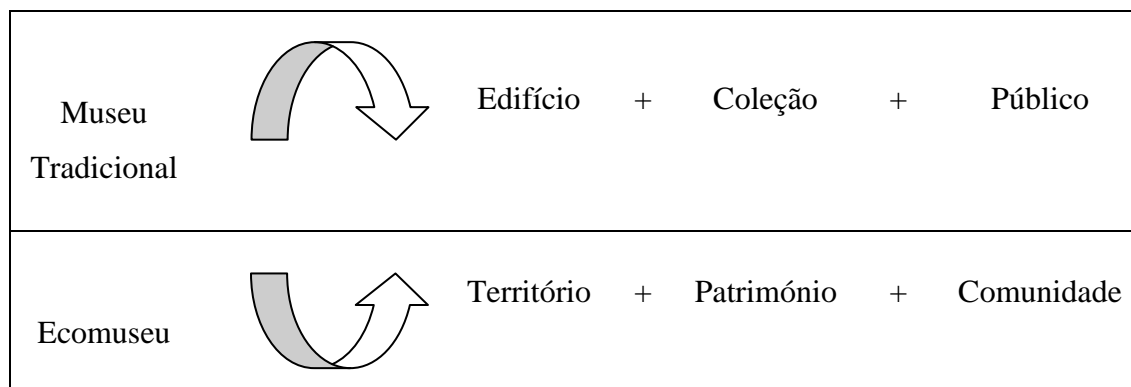
Chile em 1972 uma mesa redonda, onde estiveram presentes profissionais de diversas áreas, e fez com que se pudesse concluir que ainda tinha sido feita pouca na evolução das diversas problemáticas vividas pelas comunidades. As populações continuavam a não acompanhar a evolução tecnológica conduzindo a um fosso entre nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas. Assim sendo, e como o museu era um organismo ao serviço da sociedade, poderia ajudar na reflexão dos problemas resultantes das modificações sociais, económicas e culturais, esta visão passaria a complementar as ideias defendidas pela museologia tradicional (F. Lima, 1993).

O novo papel da museologia afasta-se do ideal da museologia tradicional, já que passa a ter a participação ativa a nível social, económico e cultural, este serve e está dependente da comunidade que lhe dá vida. Após um isolamento e trabalhos individualizados por parte das nações, Pierre Mayrand e René Rivard representantes do Ecomuseu do Québec promovem em 1984 em Québec, o I Atelier Internacional “ Ecomuseus – Nova Museologia” (Moutinho, 1989), que contou com a presença de vários países. Na base deste atelier estavam referências da declaração de Santiago do Chile, onde era importante dar seguimento ao já alcançado, “*Que o museu é uma instituição ao serviço da sociedade na qual é parte integrante e que possui em si próprio os elementos que lhe permitem participar na formação das consciências das comunidades que serve*” (Moutinho, 1989). Assim sendo resulta deste atelier que a museologia deve atuar com vista na evolução democrática das sociedades, a sua intervenção deve contemplar um reconhecimento e uma valorização das identidades e das culturas de todos os grupos de cidadãos e uma participação ativa da sociedade nos trabalhos museológicos, como também resultou que a interdisciplinaridade e a função social conduzem a uma mudança do papel e da função museólogo.

Em 18 de Outubro de 1984, no México com o tema “Ecomuseu: El Hombre y su entorno”, aparece a declaração de Oaxtepec, onde continua a ser debatida as diferenças da museologia tradicional e a nova museologia, e é com base nas diferenças que Hugues de Varine cria um quadro comparativo (Quadro 1.1) entre as duas museologias (Varine, 1987).



**Quadro 1.1:** Comparativo museologia tradicional e ecomuseu, adaptação de Hugues de Varine



Ainda com interesse para a evolução da museologia ocorreu em 1992 na Venezuela o seminário “*La misión del museo en Latino América hoy: nuevos e retos*”, onde o museu foi considerado como um meio de intervenção, um espaço social onde a comunidade deve e pode exprimir. O seminário de Caracas foi o indicador para analisar os desafios e conceitos que nos últimos 20 anos marcaram a ação dos museus, segundo J. Primo (1999), “*Analisa a atual situação dos Museus da América Latina, estabelecendo um perfil das mudanças sócio / políticas, económicas e tecnológicas nos últimos 20 anos da América Latina e a transformação conceptual e operacional nas instituições museológicas*”.

Por isso pode ser referido que as transformações políticas, económicas e sociais vividas internacionalmente, os documentos produzidos no âmbito do ICOM e da UNESCO, bem como os diversos trabalhos realizados por profissionais da museologia, fazem parte da evolução da Nova Museologia.

## 1.2 O desenvolvimento do Conceito de Ecomuseu

O Ecomuseu na sua base conceitual deverá constituir-se como: espaço de valorização de recursos e património; espaço de representação de identidade territorial e cultural; espaço de formação, investigação e experimentação; espaço de conservação e cooperação interinstitucional; espaço de participação e cidadania e um espaço de inovação e de mobilização de novas atividades (Babo e Guerra, 2005). Um ecomuseu deve ser concebido como um museu que abrange um território limitado, onde deve existir um forte envolvimento de populações e instituições locais de forma a valorizarem o seu património num todo, desde os recursos naturais endógenos aos valores culturais que identificam a

região, este deve assumir-se como um elemento de importância significativa na estratégia definida para o desenvolvimento territorial. A criação da ideia de um Ecomuseu para uma determinada região deve resultar da consciência e importância que a população dá ao seu território, mas também da preocupação de salvaguardar um patrimônio, nas suas variadas componentes, natural, cultural e socioeconômica, tendo como finalidade contribuir para o desenvolvimento das próprias populações (Babo e Guerra, 2005). Por esta razão, o conceito de Ecomuseu ou de Museu do Território assenta na vontade da população local dar a conhecer o seu património, as suas tradições, os seus recursos naturais e a sua cultura.

Um território só poderá ser sustentável a partir do momento que a população local reconhecer as potencialidades do espaço onde reside, assim como, se não souber tirar frutos da valorização desses sítios, a que alguns chamam património enquanto outros apenas veem “*patrimónios*” (Teixeira, 2005). Deste modo, entende-se que esta nova visão terá de ter implicações na melhoria do modo de vida da população e na forma de visualizar o futuro. Por isso, o conceito de ecomuseu deve procurar manter os níveis de sustentabilidade de desenvolvimento para alcançar a revitalização do território que engloba. Para que esta ideia possa ser alcançada a comunidade residente nestes locais de implementação dos projetos tem de se sentir envolvidas e valorizadas pelos mesmos, que terá de passar pelo aproveitamento e valorização do património e identidade cultural, como também deve incentivar e promover a diversificação de outras atividades no seu espaço, nomeadamente associadas ao turismo cultural entre outras, que propiciem uma melhoria socioeconómica e permitam encontrar novos motivos que levem a que a população se fixe no território (Pedrosa e Pereira, 2012).

O Ecomuseu até pode ser entendido como um espaço de memória, mas, ao mesmo tempo, vocacionado para o desenvolvimento se considerarmos que: “*situa os objetos no seu contexto, preserva conhecimentos técnicos e saberes locais, consciencializa e educa acerca dos valores do património cultural; implica interpretar os diferentes espaços que compõem uma paisagem; permite desenvolver programas de participação popular e contribui para o desenvolvimento da comunidade*” (Teixeira, 2005).

Ecomuseu inspira-se na ideia de um “museu integral”, que nos remete para dois aspetos essenciais, de imediato, sendo eles o espaço e o tempo. Relativamente a esta questão o Arquiteto Paisagista Fernando Pessoa, em 1992, acrescentou que o ecomuseu: “*é ao*

*mesmo tempo um museu do tempo e do espaço, congregando a exposição do fio condutor da duração dos séculos com a presença real do espaço que guarda as marcas do passado".*

Com isto, pretende-se destacar o caráter multidimensional que o Ecomuseu deve possuir, conferindo-lhe um diálogo particular no aumento das relações entre património, desenvolvimento e sustentabilidade, permitindo-lhe assumir, um papel agregador e de dinamizador das diferentes componentes da realidade regional em que se insere, partindo da diversidade de recursos e de atividades que possa integrar – recursos naturais, recursos culturais, património edificado e habitat, saberes fazer tradicionais, capacidades de inovação, atividades a promover e serviços a prestar. Também deve ser objetivo demonstrar que a implementação do Ecomuseu passa claramente pelo conhecimento e valorização do património que permite fazer sobressair à identidade cultural do território (Teixeira, 2005). Este conhecimento que resulta da investigação, deve defender um projeto de desenvolvimento baseado nos fatores endógenos, que mobilize as populações locais para a promoção e divulgação dos recursos existentes através de diversas formas de marketing territorial. Como também deve exercer um papel importante como promotor turístico através da conceção e promoção de produtos específicos relacionados com o território em que se inserem resultantes de uma organização seletiva da oferta turística assegurando uma boa articulação da agenda cultural.

### **1.3 Preservação do meio ambiente enquanto património**

Uma paisagem sem referências culturais parece naturalmente inconcebível, existindo a convicção de que as paisagens são o reflexo da ação do ser humano desde sempre, da pré-história até à atualidade, sendo representativa da cultura das gentes de um local ou mesmo de um território. Por isso, é conveniente preservar e proteger o meio ambiente, já que simultaneamente se está a preservar o património cultural de um povo e da sua região. A noção de património tem sofrido alterações nos últimos tempos, considerando património cultural, os monumentos, os objetos de arte, os usos e costumes de um povo, os artefactos, o saber fazer de uma tradição, as aldeias, a paisagem, isto é, todos os elementos que identifiquem e caracterizem uma comunidade e a região onde está inserida. *“ As paisagens são dos valores mais importantes do nosso património, elas contam a história do trabalho dos homens, a sua diversidade social, testemunhos, os seus esforços para vencer obstáculos naturais, esforços de cada homem e de cada comunidade. São uma fonte viva*

*de tradições, visto serem sempre herança de gerações passadas que importa transmitir às outras”* (Moreira, 1996). A paisagem atual é uma consequência da ação de múltiplas gerações que passaram ou se fixaram numa região, humanizando-a.

As transformações do meio ambiente foram provocadas pela necessidade de sobrevivência do homem, de recolector de alimentos, o homem teve necessidade de produzir os seus próprios alimentos, surgindo as práticas agrícolas, a qual constituiu uma das mais marcantes descobertas da humanidade, que aliada à pastorícia, foi iniciado um processo significativo de transformação da paisagem. A humanização deu origem ao surgimento do património cultural, e este está patente na vegetação, na construção, nas normas, nos usos e costumes, nas tradições de uma localidade. No entanto, o meio ambiente não é transformado somente pelas atividades referidas anteriormente, a industrialização instalada nos meios rurais, a urbanização, a proliferação da monocultura, o desenvolvimento, por vezes, exagerado do turismo, a difusão dos Eucaliptos, *Eucalyptus globulus*, e o desaparecimento de algumas espécies quer florestais quer animais, são fatores da transformação permanente da paisagem que colocam em risco o meio ambiente e o homem (Moreira, 1996). É fundamental defender a necessidade de recuperação, valorização e salvaguardar o património natural, construído e cultural ainda existente para se evitar a perda total da identidade das diferentes comunidades nas diversas regiões. Assim, as ações do homem sobre a natureza, especialmente nas atividades tradicionais serão conservadas, a proteção deve ser moderada para não condicionar o modo de vida das gerações futuras. Para alguns autores uma medida eficaz de conservar os valores naturais construídos e culturais de um território é a criação de Parques Naturais, *“Os Parque Naturais são áreas que se caracterizam por conter paisagens naturais, seminaturais e paisagens humanizadas que são exemplos da integração harmoniosa das actividades humanas e da natureza. A sua criação tem por finalidade a protecção da paisagem pelo seu valor histórico, cultural e estético, o desenvolvimento sócio-económico das populações e a preservação dos seus valores naturais e culturais”* (Moreira, 1996).

Assim, um território só será devidamente conservado se além da natureza e da paisagem local se salvaguardar a cultura física, os usos e costumes e as atividades tradicionais da comunidade e da região, com vista à sobrevivência no futuro. O dinamismo dos Parques Naturais, acontece de uma forma global, devido à relação de interdependência entre os espaços naturais, construídos e culturais, verificando-se não só na conservação e

dinamização dos mesmos, nos quais estão comunidades integradas que pretendem proteger os seus bens, como também o apoio aos habitantes é fundamental, para que estes possam ter um papel ativo na gestão do espaço e nas atividades tradicionais que desenvolvem, e ainda na implementação de políticas e ações de reeducação ambiental de modo que a população cuide e defenda o seu território, como um bem comunitário (Moreira, 1996). Na criação de áreas pertencentes a Parques Naturais o ambiente apresentado deve ser protegido de forma integrante de uma comunidade e nunca de forma estática e isolada, em permanente desenvolvimento, construindo deste modo um instrumento de desenvolvimento local.

Juntamente com o crescimento social, económico e cultural de uma comunidade, nunca deve ser ignorada a cultura da mesma, o seu modo de vida, as suas tradições, a vida em sociedade, na gastronomia, nos saberes fazer, nas festas populares, entre outros. É possível estabelecer uma estreita ligação entre os conceitos de parque Natural e de Ecomuseu, enquanto o Parque Natural é caracterizado por um património significativo que deve salvaguardado e valorizado por núcleos museológicos de que o Ecomuseu é ainda protagonista, este último ajusta-se ao primeiro, devido às suas características de museu vivo, ativo e em constante evolução, tão próprias do mundo natural, nos dois casos colaboram com a conservação, gestão e valorização do património natural e cultural de uma população, o que contribui para o desenvolvimento da mesma.

*“Se um Parque natural tem por objetivos principais a conservação da Natureza e do território enquanto suporte das atividades humanas, o Ecomuseu visa a apresentação e interpretação desse território. Ambos valorizam as relações que se estabelecem entre meio natural e comunidades humanas”* (Moreira, 1996). Se as equipas dinamizadoras de atividades de educação ambiental pertencentes aos Parques Naturais, como forma de levar as pessoas a refletirem, compreenderem, respeitarem e defenderem o património, quando auxiliadas por atividades de animação cultural desenvolvidas pelas equipas dos ecomuseus, com o intuito de consciencializar as populações do valor das suas culturas, cumprem mais eficazmente os objetivos pretendidos individualmente, passando a desempenhar uma função pedagógica relevante junto das comunidades envolvidas e dos seus visitantes. Assim concede aos visitantes informações que possibilitem não só a compreensão do meio ambiente, mas também o afeiçoamento pela natureza, bem como um

conhecimento mais aprofundado do mundo rural e de tudo o que diga respeito aos seus habitantes.

#### **1.4 Ecomuseu do Barroso**

Foi nos anos 90 no âmbito de projeto “*Museologia nas áreas protegidas*” patrocinado pelo antigo ICN, hoje ICNF, foi retomada a ideia de criar um Ecomuseu na região do barroso, com o empenho dedicado a tal desejo foi apresentado um estudo com a estrutura pormenorizada, conceptualizado por uma ideia de “*Museu do tempo e do Espaço*”. O tempo foi passando e, é em 2000 com o interesse e empenho da Câmara Municipal de Montalegre, que regressa a vontade de criar um Ecomuseu extensível a todo o território Barrosão, é criado um estudo prévio pela empresa Quaternaire em colaboração com o especialista na problemática do desenvolvimento local, Hugues Varine. No projeto são apresentadas a missão, as temáticas, os atores, o modelo de organização e custos previstos, mas no projeto é salientado o facto de que a implantação Ecomuseu deveria contribuir no processo de recuperação e reanimação de muitas localidades e da vida social, do potencial local, da participação ativa da população no desenvolvimento do projeto. O pretendido para o Ecomuseu é que este proteja os sistemas ecológicos, valorização do património, a recuperação do saber fazer e do saber tradicional e reforçar a identidade de cada comunidade local. O Ecomuseu passaria a representar uma âncora no processo de desenvolvimento sustentável do município.

Foi criada uma equipa de trabalho para iniciar a constituição do Ecomuseu do Barroso, constituída por um antropólogo e dois especialistas, estando integrados na secção Sociocultural da câmara. O Ecomuseu como previsto inicialmente pretendia estender-se a todo o território e é assim que são criados três polos, o de Tourém, o de Pitões das Júnias e a Casa do Capitão em Salto, estando os anteriores localizados na aldeia com o mesmo nome, todos eles em funcionamento. Também é objetivo do Ecomuseu a criação de mais dois polos, um nas antigas Minas da Borralha e um outro em Fafião. Assim o Ecomuseu do Barroso passou a ser uma mais-valia para toda a sua população dispersa por uma longa área.

*“O Ecomuseu para a região de Barroso resulta da consciência, mas também da preocupação de salvaguardar um património, nas suas múltiplas componentes, natural, cultural e socio-económica, com uma finalidade de contribuir para o desenvolvimento das*

*populações. Por isso se adopta um conceito de Museu do Território, o qual repousa na valorização dos seus recursos chave: as populações e o património natural e cultural”* (Teixeira, 2005).

O Ecomuseu juntamente com a comunidade local pretende manter os níveis de sustentabilidade do desenvolvimento da região e proporcionando incentivos na diversificação das atividades e assim motivar a fixação dos jovens à terra. *“O Ecomuseu situa objectos no seu contexto, preserva conhecimentos técnicos e saberes locais, consciencializa e educa para os valores do património cultural; permite desenvolver programas de participação popular e contribui para o desenvolvimento da própria comunidade”* (Teixeira, 2005).

O museu deve promover a participação na descoberta dos valores da região, criar vontade aos visitantes de realizarem um trilha, de poderem dar um mergulho num lagoa fantástica, mesmo que tenhas de fazer uma boa caminhada, valorizando o que de melhor tem a natureza, criar conceitos inovadores para assim cativar o público e incentivar a população geral a novos projetos, mas tudo isto por vezes é atrapalhado pela gestão a que se está obrigado, *“Fica-me, por vezes a sensação de que os parques são feitos contra os seus habitantes e este é o pior pressuposto que por si só justifica o insucesso destas iniciativas, lideradas de gabinetes a muitos quilómetros de distancia.”* (Teixeira, 2005).

O Ecomuseu do Barroso têm vários objetivos propostos para continuar a promover e valorizar o desenvolvimento local, passando por: promover a valorização do património cultural nas suas diversas vertentes, (património arqueológico, património rural construído, património religioso e cultura material das comunidades); promover a valorização do património natural nas suas diversas vertentes, (recursos naturais do território, nomeadamente os sítios de valor ambiental acrescido); promover e rentabilizar os recursos naturais numa vertente lúdica e desportiva, sempre com um sentido de respeito, conservação e sustentabilidade; promover a valorização das práticas do mundo rural de Barroso: sistemas integrados de exploração agrícola, atividades económicas artesanais, técnicas tradicionais, modos e rituais da vida das populações e articular, integrar e dar coerência global às situações existentes no Barroso, onde tanto a valorização do património cultural como a valorização do património natural estejam a ser alvo de ações concretas por parte de agentes locais, públicos ou privados.

### *Ecomuseu - Centro Interpretativo*

O Ecomuseu do Barroso está situado no espaço envolvente ao castelo de Montalegre, fazendo parte da linha de construção das muralhas (Fig. 1.1), assume um papel fundamental da estratégia de desenvolvimento integrador e de sustentabilidade do território barrosão. Este integra funções de investigação, interpretação e documentação dos valores culturais e naturais da toda a região, é na sua sede que funciona o centro de interpretação da região. Neste centro a existência dos polos noutras localidades do concelho são apresentadas com bastante criatividade e capacidade de motivação aos visitantes a conhecerem fisicamente as temáticas apresentadas nos polos do Ecomuseu. A visita a este espaço pretende causar sensações únicas aos seus visitantes, oferecendo a experiência dos sentidos que possam usufruir na região do barroso, desde, o cheiro e o sabor dos produtos, um carro dos bois em movimento, os seus cantares, o mexer nos produtos colhidos e após a sua transformação, no caso no milho que após a sua moagem fica em farinha. Em cada sala são recreadas sensações olfativas, auditivas, visuais e mesmo a saborear criando nos visitantes a vontade de “meter a mão na massa”. Existem sempre exposições, de caráter temporário, com temas que abordam a identidade do povo barrosão, passando o Ecomuseu a assumir-se como um espaço disponível as seus artesãos e outros artistas da região para assim poderem divulgar o que de melhor sabem fazer, servindo “de janela para os visitantes e espelho para os locais”.



**Figura 1.1: Ecomuseu do Barroso, centro interpretativo,** (Ecomuseu do Barroso, autor)

### *Pólo de Pitões das Júnias*

A aldeia de Pitões das Júnias, localiza-se a Ocidental do Planalto da Mourela, em território abrangido pelo Parque Nacional da Peneda Gerês, virada a Sul, a mais de 1200 metros de altitude e com uma área de 36,890 km<sup>2</sup>, com fronteira de vários km com a Galiza, encontra-se aberto aos fins-de-semana em rede com o centro de interpretação, em Montalegre.



O polo de Pitões foi instalado num espaço que outrora pertenceu à povoação, a corte do boi (Fig. 1.2). Após recuperação e convertido no museu etnográfico, dá a oportunidade aos visitantes de viajarem no tempo, possibilitando oportunidades únicas de poderem recordar o que de melhor se fazia na aldeia e o modo de vida das pessoas residentes. No piso térreo, espaço ocupado pelo boi do povo, é agora no museu feito um recordar da passagem da aldeia pelas chegas de boi, encontra-se um espaço mais masculino dedicado aos trabalhos agrícolas, aos acontecimentos sociais e aos ofícios de soqueiro.

No segundo piso é uma graça ao trabalho da mulher barrosã.

*“O Boi do Povo, o pastoreio em regime extensivo, a vezeira, a tecelagem, os abrigos de pastores, a agricultura de Montanha, os modos de produção local/alfaias agrícolas, o património etnográfico, o fumeiro, a aldeia velha de Juríz, o mosteiro de Pitões, o Parque Nacional da Peneda - Gerês e o património Natural”* (Ecomuseu Barroso, 2013).



**Figura 1.2: Polo de Pitões,** (Ecomuseu do Barroso, autor)

Outrora este espaço foi o orgulho de toda a população, agora pretende-se que esse crachá volte a ser-lhe atribuído, transformando em museu e dando a oportunidade de que qualquer cidadão tenha acesso à sua história. Para os visitantes deste polo existe a possibilidade de realizar percursos à Cascada da aldeia, ao Mosteiro de Sta. Maria das Júnias, as S. João da fraga, ou comprar somente o delicioso pão centeio ainda cozido no forno comunitário, podendo usufruir de uma paisagem única, da gastronomia e do sempre bem receber do povo de barrosão.

#### *Casa do Capitão – Pólo de Salto*

Situado na vila de Salto, a maior freguesia do concelho, a Casa do Capitão é um bom exemplo das casas imponentes de famílias abastadas (Fig. 1.3). O Ecomuseu na casa do capitão, casa de grande importância em tempos para a localidade, possibilita uma viagem pelos ofícios tradicionais na região, as suas alfaias, ao ciclo do linho e da lã, à matança do

porco, e também à festa de São Sebastião, é também um lugar de oferta cultural com serviço de biblioteca, com acesso à Internet, serviços educativos e venda de artigos regionais. Faz parte da sua constituição um auditório para 50 pessoas que permite reuniões e colóquios, bem como a passagem de pequenos documentários representativos da vida barrosã.

Neste polo as minas de volfrâmio na borralha merecem destaque, como também são recordadas as estórias da presença de Dom Nuno Álvaro Pereira por terras de barroso (Ecomuseu Barroso, 2013).

Exemplifica através da sua constituição física pouco alterada e da sua história o significado de uma casa de lavoura abastada do Barroso e os processos que levaram ao desaparecimento desta tipologia.



**Figura 1.3: Polo de Salto, casa do capitão, (Ecomuseu do Barroso, autor)**

### *Polo de Tourém*

Tourém freguesia de Montalegre com cerca de 185 habitantes, distante da sede do concelho de 30 Km, está inserida na área protegida do Parque Nacional da Peneda Gerês, recebe muitas visitas dos vizinhos espanhóis. O Ecomuseu em Tourém foi instalado na antiga corte do boi do povo e está a funcionar em rede com o centre interpretativo em Montalegre, (Fig. 1.4). É um polo mais vocacionado para a educação ambiental, tão importante e fundamental nos dias que correm. Valoriza as espécies autóctones que surgem no planalto da Mourela e no vale da barragem e na anilhagem de aves no vale de Sallas nos últimos 30 anos e os fluxos migratórios das espécies, a sua confluência do clima mediterrânico e Atlântico. Em Tourém é possível a realização de três trilhos com características fundamentais na preservação da identidade do seu território, O trilho da Costa associado ao património natural, o trilho das aves ligado à beleza da paisagem, à observação de aves e o trilho da rota do contrabando que faz a ligação de Tourém com a

aldeia de Calvos de Randim, área galega, onde se percorre os antigos caminhos da troca de mercadorias.



**Figura 1.4: Polo de Tourém, (Ecomuseu do Barroso, autor)**

### **1.5 Objetivos do trabalho**

O presente trabalho tem por objetivo a apresentação de uma proposta para o Ecomuseu do Barroso em Fafião, que está em desenvolvimento pelo Centro de Interpretação do Ecomuseu do Barroso e Câmara Municipal de Montalegre. O Ecomuseu do Barroso tem objetivos já definidos no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento local integrado para a região de Barroso, e o novo polo pretende dar continuidade a estes objetivos. O interesse pelo projeto do Ecomuseu do barroso em Fafião deve-se ao seu carácter original e inovador, na medida em que toda a programação está assente na ideia de formato digital e de participação ativa nas tradições existentes, tendo dado os primeiros passos visíveis na aldeia, em 2012. A missão deste polo, em síntese, será investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir testemunhos do Homem e do meio, reportados ao território e à população do concelho, com vista a contribuir para a construção e a transmissão das memórias coletivas e para um desenvolvimento local sustentado.

Neste contexto, pretende-se que o presente projeto seja criativo e inovador, nomeadamente, na articulação de atividades culturais para a comunidade local, com a promoção de atividades turísticas; serviços educativos lúdico-didáticos do território, cultura e património, com influência na vida comunitária da população e com plena participação da mesma.

## 2. Metodologia e fontes

Para este trabalho foram realizadas reflexões a partir de documentação produzida pelo ICOM/UNESCO, nos últimos 20 anos, trabalhos produzidos por profissionais de museologia, bibliografia adaptada à temática, consulta e pesquisa em sites de várias instituições governamentais e organizações relacionadas com o assunto.

Quanto ao estudo e análise do lugar, partiu-se do princípio que se deve ter em conta como uma das características fundamentais deste estudo a musealização *in situ*, evitando que, a cultura, o património e o comunitarismo, sejam retirados do local onde fizeram e reportam a sua história.

O tratamento da informação recolhida significou/assumiu-se como um grande desafio ao tornar possível a formação de um pequeno centro de documentação, mediante a recolha de múltipla documentação pertinente, a par do recurso à bibliografia existente sobre as tradições e o património arquitetónico sobre os locais de estudo o que permitiu a superação de expectativas inicialmente criadas e, conseqüentemente, facilitou a implementação do projeto.

A documentação recolhida foi trabalhada e valorizada em função das questões e objetivos traçados para o discurso museológico tendo em consideração que as vivências, as rotinas e os costumes daqueles que estão por detrás da escrita e dos documentos - *o povo e a sua essência* - se não forem preservados desaparecerão para sempre.

Portanto, uma das preocupações foi levar a cabo um trabalho de pesquisa e de interpretação, recorrendo a várias referências patrimoniais existentes, mas acrescentando com uma nova preocupação e outra forma de interpretação, manifestadas por mim enquanto membro desta aldeia e da sua história.

A interdisciplinaridade dos saberes como contributo inovador assumiu-se, indiscutivelmente, como base deste trabalho, com a Ecomuseologia /Desenvolvimento Sustentado, conjugada com a recuperação, preservação e salvaguarda do Património Local “*in situ*”, a ser, aos poucos, compreendida pela população. No entanto, ainda que este trabalho esteja ainda pouco explorado, será fundamental para o idealizado nos objetivos do ecomuseu. Pode considerar-se que foram utilizadas múltiplas fontes de informação com

foco nos amplos núcleos de documentação, mas sem esquecer o trabalho de campo e as recolhas etnográficas que foram valiosos para o desenvolvimento deste trabalho.

Todo o processo de investigação realizado e a documentação recolhida reforçou a tomada de consciência de que este trabalho implica um processo moroso de aprendizagem contínua. O desenvolvimento da argumentação foi sofrendo algumas alterações sugeridas pelo orientador científico que, assim, contribuiu para o enriquecimento da temática escolhida. A leitura complementar de outros trabalhos inseridos na mesma área científica contribuiu também, de forma profícua, para os resultados finais, assim como a observação *in loco* e a revisão de considerações de especialistas e estudiosos da museologia.

O plano de trabalho pré-elaborado partiu da vivência e da participação pessoal, assim como da organização de atividades e tradições no local. A argumentação foi elaborada com o auxílio de toda a bibliografia consultada, da revisão de trabalhos académicos relevantes para a temática assim como do trabalho de campo.

Com vista à manutenção dos objetivos, a escolha do local, a área a estudar, o registo das tradições ainda vivas no ceio da população e o levantamento de possíveis recuperações de temáticas de outros tempos, foi efetuada uma análise social e histórica da localidade, com foco na problemática da “Musealizar in situ”, nos “patrimónios” existentes e no comunitarismo praticado, para assim se poder chegar às conclusões apresentadas e se reafirmar a argumentação defendida.

### 3. Características físicas, ambientais, económicas, sociais e culturais, base da criação do Ecomuseu

#### 3.1 Enquadramento físico e ambiental da freguesia de Cabril.

Cabril é uma das 25 freguesias do concelho de Montalegre, atualmente constituída por 15 aldeias/lugares, de povoamento concentrado, onde habitam aproximadamente 600 pessoas (quadro 3.2). É uma das mais belas freguesias inserida no Parque Nacional da Peneda-Gerês. Fica situada nas margens do rio Cávado, junto à albufeira verde azulada de Salamonde e no sopé da serra do Gerês.

**Quadro 3.2:** Área e população da freguesia de Cabril, concelho de Montalegre.

Variável	Valor	Unidade	Ano
Área	76,3	Km2	2004
População Total	553	Indivíduos	2011
População Total	640	Indivíduos	2001
População Feminina	288	Indivíduos	2011
População Feminina	320	Indivíduos	2001
População Masculina	265	Indivíduos	2011
População Masculina	319	Indivíduos	2001
População dos 0-14 Anos	53	Indivíduos	2011
População dos 15-24 Anos	47	Indivíduos	2011
População dos 25-64 Anos	259	Indivíduos	2011
População com mais de 65 Anos	194	Indivíduos	2011
Famílias	212	N.º	2011
Eleitores	724	Indivíduos	2001
Eleitores	640	Indivíduos	2011

Fonte: (INE 2011)

A freguesia de Cabril de cariz medieval, com pequenas aldeias de uma vida pastoril sossegada, tem também uma riqueza multifacetada. Aos visitantes é possível oferecer uma paisagem que compõe belos quadros. *“É a segunda mais extensa freguesia do concelho (76,6 km2) e, provavelmente, a mais bucólica, a mais rica no plano das espécies arbóreas e avícolas e também a mais admirável no aspeto multifacetado das suas paisagens edénicas, sem dúvida, devido às condições orográficas e climatéricas que a cordilheira do Gerês apresenta.”* (CMM, 2013).

Tal como em muitas localidades afastadas de centros urbanos também aqui se verificou, inevitavelmente, a fuga do mundo rural, umbilicalmente ligado à procura de empregos e de melhores condições de vida.

No início desta freguesia permanece o rasto histórico da existência de povoados pré-romanos, como os Turodos, Esquesos e Nemetanos, povos que se dedicavam quase exclusivamente à pastorícia com a criação de cabras, o que daria o nome a Cabril. Segundo os historiadores, era o gado da pastorícia da freguesia que abastecia toda esta região, continuando ainda nos dias de hoje a existência de várias famílias proprietárias de rebanhos (JFC, 2013).

Com a derrota dos Lusitanos, povos que habitavam a Península Ibérica sob o comando do pastor Viriato, Roma conseguiu o domínio total da Península Ibérica e de todos os povos e povoados os habitantes das "tribos" derrotadas foram escravizados e integrados no Império Romano, apesar de terem tentado resistir aos “*senhores do Universo*”. Cabril não foi exceção e podemos ainda encontrar um dos vestígios mais visíveis dessa data, a “*ponte velha*”, agora de difícil visibilidade visto que se encontra a maior parte do tempo submersa pela barragem de Salamonde (Fig. 3.5). A ponte foi construída com o intuito de permitir a passagem entre as duas margens que se encontravam separadas por um riacho, mas que em dias de Inverno chegava a não permitir a passagem dado o caudal gerado. Importa pois realçar o facto de que foram os Romanos os primeiros a unir a Freguesia de Cabril, povo este que era exímio na construção de vias terrestres, ligando assim todo o seu império, (JFC, 2013)



**Figura 3.5: Ponte velha submersa pela barragem de Salamonde, (JFC, autor)**

Encontra-se um vestígio de grande importância, a “*Ponte da Misarela*”, a 8 Km de Cabril, onde as tropas francesas de Napoleão, em 1809, tiveram inúmeros problemas com os Barrosões (Fig.3.6). Neste local também ainda é possível encontrar vestígios da estrada que ligava em tempos Bracara Augusta a Áqua Flávia. Em 476 D.C., com o fim do

Império, Cabril continuou a ser ocupado. A "*cilha dos ursos*" é um marco dessa ocupação, trata-se de uma construção circular, em pedra, utilizada para salvar as colmeias de abelhas do ataque dos ursos. Esta construção tem muitos séculos, já que os ursos foram extinguidos do Gerês há quase 800 anos (JFC, 2013).



**Figura 3.6: Ponte da Misarela, (CMM, autor)**

A vida rural, atualmente, ainda permanece bem enraizada. As vezeiras e as manadas de vacas continuam as suas pastagens nas vegetação sempre verde, com a presença dos medronheiros, dos azevinhos e dos teixos, os fetos, o lírio do Gerês, as águias, os corços, os javalis e os garranos, saltando e correndo, disputam o território sagrado de uma serra que jura perpetuar a sua pureza ecológica.

Fafião é o maior lugar da freguesia de Cabril, com maior densidade populacional, território e mesmo na conservação das tradições ligadas a vida rural.

### **3.2 Características socioeconómicas da população**

As aldeias inseridas no PNPG apresentam semelhanças entre elas pelas características próprias de regiões de montanha que partilham e distinguem-se pelas especificidades culturais que a história, o isolamento e os diferentes recursos locais lhes concederam. A atividade dominante em quase todo o território do PNPG é a agropecuária. Uma agricultura assente em culturas cerealíferas, com maior relevância para o milho, seguindo-se o centeio, a batata, feijão e outros produtos hortícolas, a criação de animais de capoeira, galinhas e patos, coelhos e a pastorícia, atividade que constituiu, durante muito tempo, o principal alicerce destas economias de montanha. Também é de referir que a matança do porco ainda continua a ser uma importante fonte de sustentabilidade da maior parte das famílias. Embora tenha vindo a diminuir, as raças autóctones como a barrosã e a cachena nos bovinos, a cabra bravia nos caprinos e a bordaleira nos ovinos, são ainda uma importante fonte de rendimento para muitas das famílias (Fig.3.7).



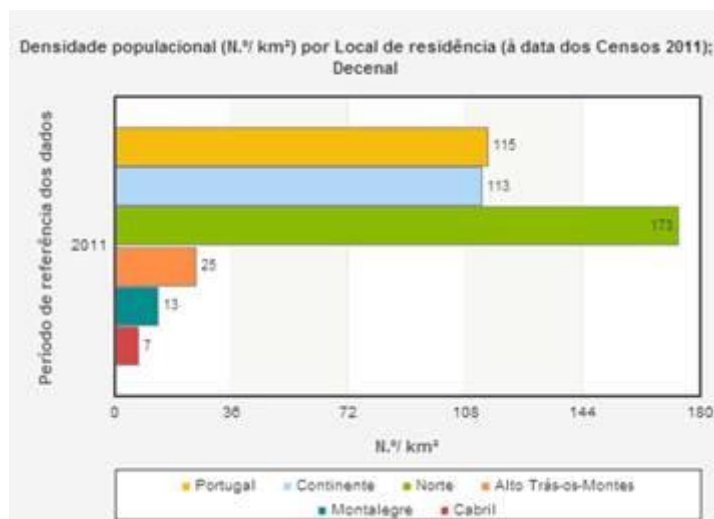


**Figura 3.7: Raça barrosã, cabra Bravia**

A atividade silvícola aparece em estreita ligação com a pastorícia e com a agricultura. Ainda é nos baldios, terras possuídas em comum e geridas pelas comunidades locais, que a população vai buscar um conjunto de bens essenciais ao processo produtivo e à vida quotidiana: a lenha, a madeira e o mato para a cama dos animais, utilizado mais tarde como fertilizante. É também da exploração florestal dos baldios, que resulta uma receita importante para as Juntas de Freguesia ou Assembleias de Compartes, reinvestida posteriormente na comunidade. A apicultura e o artesanato alimentar, no caso particular do fumeiro, constituem uma outra componente da atividade agrícola com grande tradição e importância no PNPG. Por sua vez, atividades tradicionais como a tecelagem do linho e da lã como também a cestaria, fabrico de cestos e cestas e de vestuário, de que são exemplos as croças e coruchos, começa a sentir-se a dificuldade destas atividades resistam aos tempos.

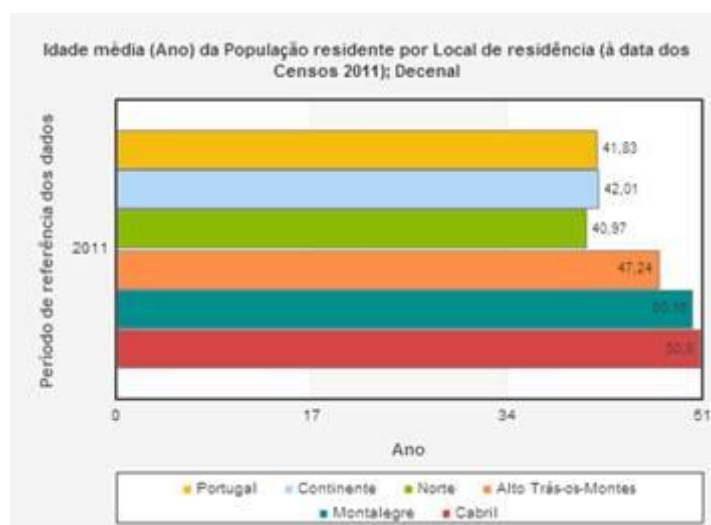
A agropecuária marca ainda de forma determinante a paisagem e o ritmo destas comunidades, a construção civil e as obras públicas, como sector secundário e o terciário, o comércio, a restauração e a hotelaria, têm vindo a ganhar peso, surgindo como uma alternativa possível para aqueles que não encontram nos animais e na terra o rendimento. A emigração para os principais centros urbanos mas também para o estrangeiro são realidades da atualidade.

Cabril tem vindo a perder população nos últimos anos (Fig. 3.8), fruto da falta de oportunidade no país e mais propriamente na oferta de emprego na região. Principalmente os jovens vêm-se obrigados a partir, nem que seja semanalmente, em busca de uma vida mais competitiva.



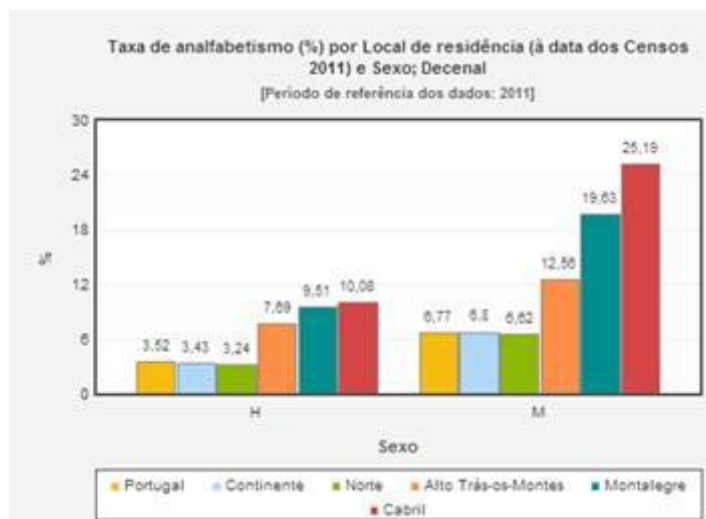
**Figura 3.8:** Densidade populacional por local de residência. Fonte: INE (2013)

A população que vai resistindo e que ficou nestas comunidades começa a atingir uma média de idade, cinquenta anos, (Fig. 3.9) bastante elevada. Têm permanecido também alguns jovens que decidiram apostar o seu futuro ficando pela terra natal, mas ainda é necessário percorrer um longo caminho para se poder ter novas oportunidades.



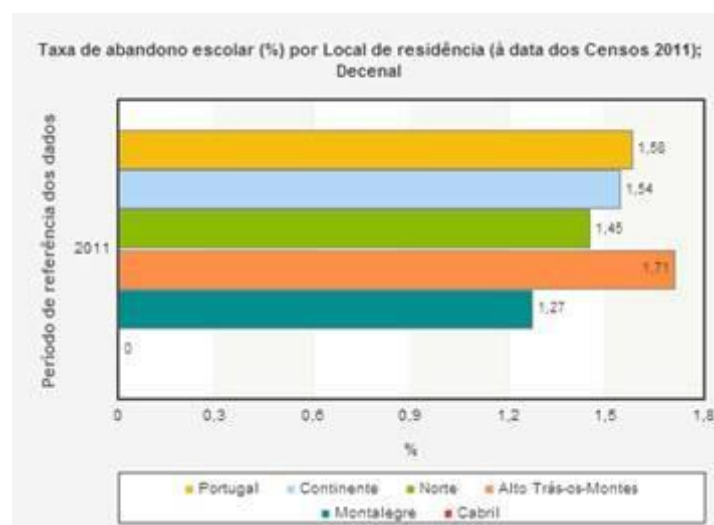
**Figura 3.9:** Idade média da população residente por local de residência. Fonte: INE (2013).

Na população total da freguesia de Cabril nota-se que as mulheres são aquelas que desde muito cedo tiveram que se dedicar aos trabalhos do campo, não tendo a oportunidade de frequentar a escola. A taxa de analfabetismo ultrapassa os 25% no sexo feminino, dados preocupantes mas compreensivos no contexto da região (Fig. 3.10).



**Figura 3.10:** Taxa de analfabetismo por local de residência. Fonte INE (2013)

Por outro lado é gratificante que para as famílias destes meios, a frequência da escola pelos seus filhos é um bem adquirido, pois sabem que só assim poderão dar um futuro melhor, do que lhes foi proporcionado, aos seus filhos e prepará-los da melhor forma para futuramente poderem entrar no mercado de trabalho (Fig. 3.11).



**Figura 3.11:** Taxa de abandono escolar por local de residência. Fonte: INE (2013).

### 3.3 O turismo na região

Esta região está localizada em território de elevado valor, visto o PNPG ser o único parque nacional de Portugal. A criação visou a realização nesta área montanhosa de um planeamento capaz de valorizar as atividades humanas e os recursos naturais, tendo em vista finalidades educativas, turísticas e científicas. O objetivo é a conservação dos solos, da água, da flora e da fauna com características únicas, assim como a preservação da paisagem nesta vasta região de montanha no noroeste português.

*"Há sítios no mundo que são como certas existências humanas: tudo se conjuga para que nada falte à sua grandeza e perfeição. Este gerês é um deles."* Miguel Torga, Diário VII, (CMM, 2013).

O Gerês é certamente um dos locais com potenciais turísticos mais fantásticos em Portugal, conjugando a pureza do mundo natural com a oferta de exploração da natureza, de lazer e de diversão.

Em Montalegre realiza-se todas as sextas feiras 13 do ano a noite das bruxas, evento esse conhecido à escala nacional, são contadas histórias de arrepiar e ouve-se música alusiva ao tema da noite, servem-se os jantares em todos os restaurantes da terra decorados a rigor e faz-se um espetáculo no castelo com animação musical, projetando cenas de terror, finalizando o espetáculo com a queima do esconjuro pelo bruxo mor – Padre Fontes.

Em Janeiro realiza-se o cantar dos reis em todas as Aldeias do concelho, onde um grupo de populares de cada aldeia se reúne para reviver a tradição de cantar os reis, porta a porta nas casas dos vizinhos. São levadas duas cestas, uma para a recolha das ofertas para a igreja e outra para a recolha das ofertas para o convívio dos cantadores. Um dos elementos do grupo leva a figura do menino Jesus para o dar a beijar aos donos das casas onde vão cantar. Depois da missa dos reis é feito o arremate das ofertas recolhidas para a igreja. De seguida realiza-se uma ceia comunitária.

O Entrudo também é bem conhecido em todas as Aldeias, este evento realiza-se em todos os locais do concelho e neste evento são elaborados vários carros alegóricos com diversas temáticas, sobretudo com críticas sociais.

A Feira de Medicina Popular em Vilar de Perdizes tem a duração de um fim-de-semana e a sua organização esta a cargo do Padre Fontes, e onde é possível adquirir diversos produtos

entre os quais ervas aromáticas, medicinais, chás, licores etc. É possível visitar as hortas de plantas aromáticas e medicinais a entrar em contato com as ervanárias locais. Há baile e gastronomia alusiva nos restaurantes da aldeia. Esta feira esotérica funciona como ponto de encontro de curiosos, aventureiros, mágicos, curandeiros, bruxos adivinhos e muitos outros.

O Magusto é outra festa comunitária que também se realiza em todas as aldeias do concelho no dia de S Martinho. Há jantar, comem-se as castanhas e bebe-se a água-pé e a animação é feita por tocadores de concertina, enquanto os cantadores da aldeia ajudam à festa.

A Matança do Porco também é um evento alusivo em todas as aldeias. O dia começa com o mata bicho tradicional e de seguida realiza-se a matança do porco e, após o trabalho, serve-se ao almoço o famoso cozido à portuguesa, onde se pode degustar tudo o que de bom tem o porco acompanhado com batatas, chouriças e couves da terra.

### **3.4 Baldios de Fafião - C. Diretivo e os sapadores florestais**

Os baldios, desde imemoriais tempos, são vistos como uma importante fonte de subsistência, complementar à atividade agrícola dos agregados familiares. Visão dos baldios pelo Ministério da Agricultura “*São baldios os terrenos possuídos e geridos por comunidades locais, sendo que comunidade local é o universo dos compartes. Compartes, são os moradores de uma ou mais freguesia ou parte delas que, segundo os usos e costumes, têm direito ao uso e fruição do baldio. Os baldios constituem, em regra, logradouro comum, designadamente para efeitos de apascentação de gados, recolha de lenhas ou de matos, de culturas e outras fruições, nomeadamente de natureza agrícola, silvícola, silvo-pastoril ou apícola. Os actos ou negócios jurídicos de apropriação ou apossamento, que tenham por objecto terrenos baldios, bem como da sua posterior transmissão, são nulos, excepto nos casos expressamente previstos na legislação em vigor. Esta anulabilidade abrange a apropriação, por usucapião, de terrenos baldios. Aos equipamentos comunitários, designadamente eiras, fornos, moinhos e azenhas, usados e fruídos e geridos por uma comunidade local, aplica-se (com as necessárias adaptações) o mesmo regime jurídico dos baldios.*” (Lei dos baldios, 1993).

Portugal é constituído por cerca de 400.000 hectares de baldios, constituindo um potencial de enorme importância para o desenvolvimento rural sustentado (Coelho, 2003). A

utilização dos baldios tem vindo a sofrer alterações nas últimas décadas. Dois anos após a revolução de 1974 foi aprovada a Lei dos Baldios (*Decreto-Lei n.º 39/76, de 19 de Janeiro*), devolvendo aos moradores os terrenos comunitários que, por tradição, usufruíam e administravam. Estes terrenos foram submetidos à força ao Regime Florestal (e administrados pelos serviços florestais) nos primeiros anos da ditadura e do Povoamento Florestal de 1983. Tinha como objetivo a florestação forçada destes terrenos, de acordo com a política da época, situação que gerou uma forte resistência por parte das populações, tendo este decreto-lei reposto a tradição secular, (Lei dos Baldios, 1993).

Aos baldios atualmente aplica-se o regime jurídico definido na *Lei n.º 68/93, de 4 de Setembro, e na Lei n.º 89/97, de 30 de Julho*. Nos casos em que a administração é feita em regime de exclusividade pelos compartes, a totalidade das receitas brutas reverte a favor dos compartes, mas de 1976 a 1993 o Conselho Diretivo depositava nos cofres do Estado 30% das receitas brutas obtidas com a venda do material lenhoso proveniente de cortes realizados em povoamentos instalados pelo Estado.

Por outro lado, tradicionalmente, as divisões entre freguesias e populações para o usufruto de baldios fazia-se pelas cristas das montanhas. Nos anos 30 e 40, altura em que foi cartografado o território, as divisões administrativas passaram a ser feitas pelas linhas de água, situação que criou vários conflitos entre povoações no que diz respeito à utilização e administração dos terrenos baldios. No caso do conselho Diretivo dos Baldios de Fafião uma parte do território da sua administração está inserida no concelho de Terras de Bouro (Janotková, 2004).

O Estado deveria ser o principal interessado na boa relação entre populações e na preservação do modo de vida comunitário e não o fez. A ignorância em relação ao modo de vida comunitário e ao regime de propriedade tradicional causou grandes problemas legais, sobretudo no século XIX e, com mais força, a partir dos anos 40 do século XX. No caso específico de Fafião, sucedeu um conflito jurídico com a vizinha povoação de Ermida, e durante 20 anos manteve-se nas barras do tribunal. Posteriormente foi resolvido favoravelmente a Fafião, que apresentou documentação centenária, provando a utilização tradicional de baldios em terrenos no território a que atualmente a freguesia de Ermida pertence. Este conflito provocou uma complicada situação jurídica, devido ao facto de Ermida pertencer a um outro Concelho e Distrito e a uma Comarca distinta. Assim, parte

dos terrenos baldios administrados pelo povo de Fafião, neste momento, encontra-se noutra freguesia, concelho e distrito, uma situação assaz curiosa, mas que representa a verdade histórica das leis criadas no nosso país. Os terrenos baldios de Fafião representam cerca de 2000 hectares de terreno, enquanto os terrenos privados não deverão ultrapassar os 20 hectares no seu total (Janotková, 2004).

Os baldios são utilizados para pastagem dos animais, plantação e reflorestação da floresta, desbaste de árvores, consumo de lenha, limpeza de matos para utilizar nas cortes de gado, apicultura, etc. Assim se pode compreender o interesse que toda a população coloca nestes terrenos.

Os baldios de Fafião são administrados por um Conselho Diretivo constituído, de acordo com o regime legal em vigor, por cinco moradores, mais quatro moradores na Mesa da Assembleia, e cinco na Comissão Fiscalizadora. É eleito por um período de dois anos, podendo ser renovado. O Conselho Diretivo tem fundos próprios, obtidos com a venda de madeira de árvores abatidas e através do apoio de vários projetos governamentais, nomeadamente do IFADAP (Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas). Em geral estes fundos são aplicados na reflorestação, abertura de caminhos, limpeza, construção de presas de água, entre outras situações.

Em Fafião, os baldios são uma realidade comunitária significativa, ativa e geradora de riqueza que, para além das utilizações tradicionais, se apresentam como um potencial polo de desenvolvimento da aldeia, nomeadamente através do aproveitamento turístico.

### **3.5 A Associação Vezeira**

A Associação Vezeira é uma coletividade sem fins lucrativos, com os objetivos de conservar, valorizar e promover o património e as tradições comunitárias da aldeia.

Fafião é o núcleo rural da freguesia de Cabril, concelho de Montalegre, e distingue-se entre as aldeias serranas do PNPG pela preservação das práticas comunitárias ancestrais enquanto legado histórico-cultural, que se mantém vivo e autêntico na transição para a segunda década do século XXI.

Salienta-se a ancestralidade das práticas comunitárias que persistem até à atualidade na gestão das atividades agrícolas da aldeia. O pastoreio do conjunto de rebanhos de caprinos e bovinos, segundo um sistema de guarda rotativa designado por “vezeira”, os direitos que

regem o uso dos baldios, a plantação de árvores na serra, a manutenção e serventia dos sistemas de regadios por proprietários contíguos e a partilha de estruturas como moinhos e lagares, constituem um museu histórico vivo, herdado do comunitarismo pré-romano. As malhadas nas eiras coletivas ou familiares e a matança do porco constituem momentos densos do ciclo agrário da comunidade que testemunha as tradições seculares desta povoação.

Os laços vicinais foram para as gentes serranas uma condição de sobrevivência, expressa de forma simbólica nas batidas ao lobo, predador perseguido e enclausurado pelos homens da aldeia numa armadilha murada, o “fojo”. Existe um que permanece intacto a nordeste da aldeia, como memória da ameaça das alcateias para os rebanhos. Este património imaterial, único, encontra-se pouco estudado sob uma perspetiva antropológica e etnográfica, sendo incipiente a sua valorização ao nível do marketing territorial e da promoção de uma oferta diferenciada.

A associação tem a ambição de manter toda esta riqueza viva na aldeia. Atualmente a associação tem atividades anuais de participação pública para a divulgação da aldeia. No mês de janeiro é realizada a matança do porco, onde todos os participantes podem colaborar em todo o processo da matança. Em Março faz-se uma atividade de plantação de árvores, com objetivos de reflorestação, em áreas com essas necessidades nas proximidades da aldeia. No mês de Junho é realizada uma atividade de reflorestação na serra alta, mais propriamente nos currais da vezeira das vacas. Relativamente a trilhos, a Associação Vezeira organiza durante o ano várias caminhadas, sem datas fixas, com exceção do Trilho do Medronheiro, que se realiza sempre no mês de Novembro.

A comunidade da aldeia pretende que seja a Associação Vezeira a gerir o futuro polo de Ecomuseu do Barroso, o que seria uma mais-valia para a comunidade local.

### **3.6 Fauna e Flora**

O PNPG é constituído pelo planalto da Mourela e Castro Laboreiro, e pelas serras do Gerês, Amarela, Soajo e Peneda. Fafião está inserido na serra do Gerês. O coberto vegetal da aldeia é dominado por quatro variedades distintas: lameiros, carvalhais, formações arbustivas (matos) e vegetação ripícola.



Os carvalhais, dominados pelo carvalho-negral, (*Quercus pyrenaica willd*) e pelo carvalho alvarinho (*Quercus Robur L.*), têm grande expressão na área, ocupando os vales dos rios, e abrigando inúmeras riquezas do património florístico. Para além destas espécies, é possível encontrar inúmeras espécies, como o sobreiro (*Quercus suber L.*), com uma grande mancha nos baldios de Fafião localizados no concelho de Terras de Bouro, o azereiro (*Prunus lusitanica L.*), a gilbardeira (*Ruscus aculeatus L.*), o padreiro (*Acer pseudoplatanus L.*), o medronheiro (*Arbutus unedo L.*) e o azevinho (*Ilex aquifolium L.*), (JFC,2013).

Relativamente à predominância de matos nesta zona, podem ser referidos os tojais, com maior presença de *Ulex minor* e *Ulex europaeus*, os urzais, com a dominância da *Erica umbellata* e *Calluna vulgaris*, os matos de altitude presentes em grandes altitudes, como o zimbro-rasteiro (*Juniperus communis ssp. Alpina*) e *Erica australis ssp. Aragonensis* os matos higrófilos compostos por *Erica tetralix*, *U. minor*, *E. ciliaris*, *Drosera rotundifolia*, *Pinguicula lusitanica*, *Viola palustris ssp. juressi* e *Molinia caerulea*, entre outras (JFC,2013).

A vegetação ribeirinha, com um papel importante na estabilização das margens dos cursos de água, é também importante pela sua componente florística. Algumas das espécies merecedoras de especial proteção são a *Woodwardia radicans*, a *Salix repens*, a *Betula pubescens*, a *Spiraea hypericifolia ssp.*, a *Abovata*, a *Circaea lusitanica*, a *Angelica laevis*. Quanto aos lameiros ou prados de lima, apresentam características seminaturais cuja vegetação se insere na Classe Molinio-Arrhenathera Tx. 1937; apresentam várias composições consoante o teor de humidade no solo (JFC,2013).

No PNPG existe um conjunto de *habitats* naturais que suportam uma diversificada comunidade faunística, de uma notável riqueza florística com uma fisiografia singular em Portugal. Quanto às condições climatéricas, esta área protegida é caracterizada por amplitudes térmicas moderadas e regimes pluviométricos elevados, proporcionando uma produtividade primária relevante e permitindo a manutenção dos *habitats* com grande diversidade de espécies animais. O grupo dos invertebrados, pouco conhecido no PNPG, de destaca-se, pela sua importância em termos de conservação, duas espécies de borboletas, a *Euphydryas aurinia* e a *Callimorpha quadripunctata*, o escaravelho (*Lucanus cervus*) e o gastrópode (*Geomalacus maculosus*). Na área Protegida estão recenseados cerca de 235 espécies de vertebrados, mostrando a representatividade da diversidade

faunística deste grupo. Aproximadamente 204 das espécies registadas estão protegidas a nível nacional e internacional por convenções e legislação específica, e 71 destas espécies pertencem à lista de espécies ameaçadas do Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal, (JFC,2013).

Nos cursos de água, estão inventariadas quatro espécies de peixes, a truta-de-rio (*Salmo trutta*), como a mais abundante e característica, a enguia (*Anguilla anguilla*) pelo seu estatuto de conservação, "*Comercialmente ameaçada*". Outras espécies associadas aos cursos de água que podem ser destacadas é, a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), a lontra (*Lutra lutra*), o melro-de-água (*Cinclus cinclus*), o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), a rã ibérica (*Rana iberica*) e a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) (JFC,2013).

Na área protegida do PNPG estão identificadas 147 espécies do grupo de avifauna. A diversidade deste grupo varia consideravelmente ao longo do ano e entre diferentes *habitats* presentes no Parque pelo facto de muitas destas espécies serem migradoras. Deve salientam-se pelo seu estatuto de conservação ou pela reduzida área de distribuição em Portugal a águia-real (*Aquila chrysaetus*), a gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*), o bufo-real (*Bubo bubo*), o falcão-abelheiro (*Pernis apivorus*), o cartaxo-nortenho (*Saxicola rubetra*), a escrevedeira-amarela (*Emberiza citrinella*), o picanço-de-dorso-ruivo (*Lanius collurio*) e a narceja (*Gallinago gallinago*) sendo no PNPG o único local de reprodução conhecido em Portugal (JFC,2013).

Dez das quinze espécies de morcegos existentes no PNPG têm estatuto de ameaça, e destas, cinco estão classificadas com o estatuto de perigo de extinção. O morcego-de-ferradura grande (*Rhinolophus ferrumequinum*), morcego-de-ferradura pequeno (*Rhinolophus hipposideros*), o morcego-de-ferradura mediterrânico (*Rhinolophus euryale*), o morcego-rato grande (*Myotis myotis*) e o morcego-lanudo (*Myotis emarginatus*) (JFC,2013).

Na área do Parque existem espécies com particular importância do ponto de vista da conservação da natureza, como a marta (*Martes martes*), o arminho (*Mustela erminea*), as víboras (*Vipera latastei* e *Vipera seoanei*) e o lobo (*Canis lupus*), espécie estritamente protegida pela Convenção de Berna e considerada em perigo de extinção em Portugal. Também deve ser referida a presença do esquilo vermelho (*Sciurus vulgaris*) já que é uma

singularidade da fauna de mamíferos do Parque, assim como o corço (*Capreolus capreolus*), emblema do Parque Nacional, que se encontra bem representado, com diversos núcleos populacionais em situação favorável (JFC,2013).

### **3.7 Fafião e as suas tradições**

#### **3.7.1 O comunitarismo**

O comunitarismo é um fenómeno da vida das populações de montanha no Norte de Portugal que representa o sistema socioeconómico as mesmas, que vivem tradicionalmente de atividades agropecuárias. Trata-se de um sistema baseado na entajuda familiar, na troca de serviços em trabalhos sazonais e na utilização de alguns imóveis, que funcionam numa base de direitos e deveres estabelecidos pela comunidade. Está, essencialmente, relacionado, com a exploração do bem físico comum – a propriedade, os baldios. A propriedade privada, sendo reduzida e muito repartida, é complementada por uma propriedade coletiva, constituída por terrenos comuns, que toda a comunidade pode utilizar para a pastagem do gado, para a realização de plantações, para a utilização dos matos, para adornar as cortes e recolher lenhas para consumo próprio, mas com regras. As atividades praticáveis em terrenos baldios são reguladas por um conjunto de regras previamente acordadas e aceites democraticamente entre os habitantes, em assembleia de compartes gerida pelo Conselho Diretivo de Baldios, tal como os terrenos comunitários (Janotková, 2004).

A base da vida comunitária assenta numa assembleia dos representantes, representada noutros tempos somente por homens em contraposição com os dias de hoje em que é indiferente o sexo do representante familiar das várias famílias da povoação. Esta assembleia reúne periodicamente. Sempre que o órgão gestor entenda que existe um assunto justificativo da realização de uma assembleia, são apresentados e discutidos todos os assuntos que dizem respeito à comunidade, como a reparação e a abertura de caminhos, a organização da vida pastoril, a organização de festas, a distribuição das águas de rega, as áreas com prioridade na limpeza dos sapadores florestais e a venda de madeiras a cortar, sendo que as decisões tomadas em assembleia terão de ser aprovadas pela maioria dos presentes.

Existem vários equipamentos comunitários de utilização comum com regras de uso. No entanto, com a evolução dos tempos as pessoas passaram a possuir equipamentos privados, no caso dos moinhos, das azenhas e dos fornos do povo.

*Os Fornos do povo* são construções de arquitetura popular, obra da comunidade em pedra, onde se cozia o pão, sendo a sua utilização baseada num sistema rotativo.

*Os Moinhos e Azenhas*, construções de pequenas dimensões, de várias tipologias, implantados próximos de rios ou riachos, em terrenos com acentuados declives, são descritos como exemplares de aproveitamento enérgico da água. A propriedade dos moinhos era partilhada entre várias famílias, que compartilhavam o direito de moagem entre si, ficando cada uma com um determinado período de utilização, a que se chamava rolda, que podia ser um dia ou meio-dia por semana.

No que concerne o lagar de azeite e as eiras estes ainda são utilizados com base no comunitarismo. *O Lagar de Azeite* consiste numa estrutura de pedra construída para a produção de azeite, na margem do rio Toco, baseado num sistema de levadas de água que faz mover os engenhos. São equipamentos de transformação de um produto de relevância económica nas aldeias do Barroso. Possuem uma tipologia idêntica à dos moinhos, mas adquirem uma maior dimensão. A manutenção e a utilização de lagares e moinhos eram regidas mediante acordos de herdeiros.

A evolução da tecnologia do Azeite conduziu ao progressivo abandono de muitas unidades equipadas com o sistema tradicional de extração de azeite. Podemos referir, por exemplo, o caso do lagar de Fafião que ainda se encontra a produzir, funcionando 24 horas por dia no tempo da colheita da azeitona, interrompendo a atividade apenas quando toda a comunidade tiver prensado a sua azeitona. Existe um acordo comunitário que estipula que, na primeira utilização do lagar, todas as famílias devem entregar  $\frac{1}{4}$  de rasa (o equivalente a 3,5 kg) para a produção do primeiro azeite. Esta prensagem servia como limpeza do lagar, sendo, posteriormente, leilado revertendo o seu lucro para a manutenção do mesmo (Janotková, 2004).

A partir da primeira prensagem o lagar seria utilizado num sistema rotativo, em que cada utilizador poderia prensar uma determinada quantidade fixa de azeitona em cada utilização. A partir daí, deveria voltar ao início da rotação. A utilização do lagar pela comunidade é

feita embora não cumpra as regras estabelecidas pelo Ministério do Ambiente, uma vez que existem diretivas da União Europeia que impõem o tratamento das águas residuais resultantes da produção de azeite as chamadas “*águas russas*”, o qual exige a construção de uma fossa séptica o que representaria um investimento demasiado elevado. Esta exigência imposta pela União Europeia e pelo Ministério do Ambiente é fonte de discórdia entre estes e os habitantes a quem custa entender e aceitar esta diretiva, argumentando que as águas residuais não são fontes de poluição.

Por fim, podemos referir as *Eiras* que são espaços comunitários utilizados na malhada dos cereais. Existem eiras construídas pelo homem, em pedra, mediante a utilização de espaços naturais. As desfolhadas (separação do milho da palha), entendidas como uma atividade comunitária realizada em ambiente de festa, são muitas vezes realizadas nas eiras.

Na população de Fafião ainda subsistem diversas formas de comunitarismo, nomeadamente a gestão de baldios, as vezeiras quer de cabras, quer de vacas (cada uma delas com regras específicas), a gestão dos sistemas de rega e a organização das festas da Sr.<sup>a</sup> de Fátima e do Santiago, que continuarão a ser referências pela sua importância na comunidade.

### **3.7.2 A vezeira das vacas**

Toda a área do Barroso é rica em pastagens devido à abundância de água que cria excelentes condições para a alimentação do gado nos chamados “*lameiros*”. A raça mais comum em Fafião é a Barrosã, raça pura e original com origem no tronco Mauritano e que deverá ter chegado à península através dos contactos com povos do norte de África (Janotková, 2004). Fruto da pastagem dos animais em pastos naturais, a qualidade da carne Barrosã é uma referência da pecuária portuguesa, incomparável e reconhecida internacionalmente. A vezeira de Fafião é um excelente exemplo de um acordo de vezeira pela sua eficácia e dinamismo. No entanto, ao não existir nenhuma documentação com os acordos do funcionamento da vezeira de Fafião, o único modo de adquirir conhecimento sobre este sistema é através da observação participante e da informação fornecida pelos habitantes locais. É importante referir que outrora, no passado, existiram nesta aldeia cinco vezeiras diferentes, nomeadamente vezeira de bois, de vacas, de cabras, de cabritos e de ovelhas. Com o passar dos tempos passou a existir somente a vezeira das vacas e das cabras.

A associação da vezeira de Fafião é constituída por todos os representantes das famílias envolvidas, sendo que atualmente fazem parte da vezeira das vacas dez herdeiros, com cerca de trinta vacas e um boi (boi do povo), (Fig. 3.12). Uma das principais regras que vigora nos acordos da vezeira consiste no ajuntamento no primeiro domingo do mês de Maio para a resolução de assuntos ligados quer ao ano anterior, quer à época que começa. No ajuntamento devem comparecer todos os herdeiros.



**Figura 3.12: Boi do povo e vezeira das vacas**

De acordo com a tradição e as regras estabelecidas, o ajuntamento realiza-se na aldeia de Fafião, em frente à antiga escola primária. O início do ajuntamento é anunciado bem cedo, por volta das oito da manhã, mediante o toque de uma buzina. Após a chegada de todos os compartes da vezeira, forma-se um semicírculo, dando-se início aos trabalhos pelos dois dirigentes, conhecidos pelo povo como “os do acordo”. Os responsáveis começam por apresentar contas e fazem o balanço financeiro, ressaltando a existência, ou não, de multas e/ou de incumprimento por parte dos herdeiros. Importa mencionar que caso haja desistência por parte de algum herdeiro, é proposta uma nova entrada.

No ajuntamento é recordada a importância do aviso da cobrição de uma vaca, tendo em conta a possibilidade de esta situação passar despercebida. O momento mais esperado e com maior relevo da sessão é a marcação do dia da subida da vezeira. Caso as condições meteorológicas sejam as mais favoráveis, a vezeira inicia a subida o quanto antes após o ajuntamento.

Quando surge um novo herdeiro para fazer parte da vezeira, este tem conhecimento das regras a cumprir e dos seus direitos, atribuindo-se maior importância aos deveres. A quota atual da entrada para a vezeira situa-se nos 100 €. No acordo encontram-se estipuladas multas atribuídas ao incumprimento dos compartes. Por exemplo, se um herdeiro se esquece de, no seu dia, alimentar o boi do povo é-lhe aplicada uma multa de 50€, dinheiro que vai para o fundo de maneo da gestão da vezeira. São os dirigentes que decidem se o

boi está velho e deve ser trocado. A guarda da vezeira é rotativa e quando o gado está na aldeia, no período compreendido entre Setembro e Maio, os herdeiros são responsáveis pela alimentação do boi no seu dia de guarda, sendo cada junta de vacas (duas) um dia de guarda. O mesmo aplica-se à guarda na serra de Maio a Setembro, a qual funciona segundo um circuito.

No dia do ajuntamento é, então, marcado o dia da subida da vezeira e a esse dia é atribuído o nome de “dia das cabanas”. A vezeira fica por uns dias no primeiro curral, Salgueiro, devendo, neste dia, haver a participação de todos os herdeiros, com a exceção da pessoa que tiver a vezeira das cabras se for membro da mesma. Neste dia todo o gado que os herdeiros acham que já podem enviar para a serra sobe, assim como o boi do povo. Quando um herdeiro tem uma vaca que teve uma cria há poucos dias, deixa o animal na corte até o vitelo ficar mais duro para encerrar e aguentar a serra. Após a chegada ao curral os animais são entregues ao responsável pela vezeira nesse dia e assim se inicia mais uma época de serra.

Cada área de pernoita da vezeira possui áreas de pastagem, um curral, uma cabana e uma fonte ou linha de água para consumo dos herdeiros e dos animais. O tempo que os animais passam em cada curral é da responsabilidade dos dirigentes, que mandam mudar a vezeira para um novo curral quando o pasto começar a ser reduzido pela falta de água, entre outras situações que possam surgir. Atualmente, a vezeira pernoita em dez currais dispersos pela serra alta.

As cabanas, que são os abrigos dos pastores, são construídas maioritariamente em pedra, existindo, ainda, um exemplar da cabana tradicional que é construída por uma estrutura em forma de “colmeia”, aproximadamente cónica, (com cerca de 2 ou 3 metros de diâmetro), em que as pedras são empilhadas em círculos irregulares sucessivamente mais fechados até ser atingida uma determinada altura (cerca de 1.5 m). A partir desta altura são colocados terrões, da mesma forma, até se atingir o ponto mais alto (Fig.3.13). Os terrões proporcionam algum isolamento e proteção da chuva. No interior há um espaço destinado a uma pequena fogueira.



**Figura 3.13: Exemplan cabana de pastor construída em pedra e torões**

O dia das cabanas é bastante trabalhoso uma vez que, pela manhã, os herdeiros são divididos em grupos, sendo cada um responsável pela manutenção e conservação de um determinado curral ou malhada. É necessário limpar as cabanas, queimar as palhas do ano anterior, colocar lenha no interior, arranjar palha para a cama, efetuar a revisão e manutenção dos caminhos de modo a facilitar o acesso, bem como proceder à reparação dos portelos e das mariolas, pedras amontoadas em forma de pirâmide (Fig. 3.14), assentadas quer em sítios mais baixos, quer mais elevados, com o objetivo de indicar os trilhos dos pastores em situação de nevoeiro ou em trechos menos reconhecíveis.



**Figura 3.14: Exemplos de mariolas**

O gado Barrosão é muito valioso e exige um cuidado particular por parte dos seus proprietários. Assim, a função de levar o gado à serra constitui uma enorme responsabilidade, devido ao valor global de todo o gado envolvido, cujo número poderá atingir uma centena de cabeças.

A vezeira é regida por regras específicas. Um participante deverá guardar o rebanho um número de vezes aproximadamente proporcional ao número de cabeças que possui. No caso de Fafião, dois bovinos correspondem a um dia a guardar o rebanho num sistema rotativo. No caso de possuir, por exemplo, três cabeças de gado, deverá, num ciclo, guardar uma vez e no ciclo seguinte duas vezes. O número de rodas numa época dependerá do número total de participantes e de cabeças de gado.



Cada família deverá indicar os seus representantes para guardarem o gado num determinado ciclo deste sistema rotativo. Em cada subida com o gado deverão estar presentes duas pessoas, sendo um obrigatoriamente maior de idade e o outro deverá ter uma idade mínima de doze anos, independentemente do sexo. Os participantes que vão iniciar a guarda do gado deverão subir de tarde, de modo a que seja possível às pessoas que se encontram na serra descer à aldeia antes de anoitecer.

As áreas dos pastos e das respetivas cabanas serão mudadas consoante a decisão dos dirigentes, dependendo da possibilidade do seu aproveitamento. À medida que vai terminando a época da vezeira, o gado começa a ser trazido por alguns proprietários para as suas casas. Todavia, este facto não implica a omissão da obrigação de continuarem a guardar o rebanho. O fim da vezeira é estabelecido para o dia 29 de Setembro, sendo esse hábito anual.

É comum os pastores levarem armadilhas para lobos, pois é sempre possível a aparição de uma alcateia. Tradicionalmente, era costume fazer batidas ao lobo, de modo a eliminar este animal. Nesta atividade participava um grande número de pessoas e o objetivo era encurralar o lobo numa estrutura em pedra conhecida como “fojo do lobo”. Esta estrutura é constituída por dois grandes muros convergentes em ângulo agudo, em geral numa encosta descendente, podendo ter várias centenas de metros, terminando num buraco profundo coberto por ramagens onde o lobo cairia e seria finalmente abatido. O Fojo do Lobo de Fafião, recentemente recuperado, representa um dos mais extraordinários exemplares destas estruturas tradicionais.

### **3.7.3 A vezeira das cabras**

Na Vezeira da rês cada herdeiro tem à sua responsabilidade o pastoreio do gado caprino num número de dias proporcional aos seus efetivos. No caso de Fafião, 18 a 22 cabeças (Fig. 3.15) implica a obrigação de guardar um dia durante o período circular total, se um proprietário possuir apenas 10 cabras, irá uma vez numa circulação, ficando dispensado no período seguinte.



**Figura 3.15: Vezeira das cabras,** (Associação Vezeira, autor)

Atualmente, a vezeira da rês é constituída por dezanove herdeiros, com um total de quinhentas cabeças de cabras, aproximadamente. Os pastores do rebanho, normalmente acompanhados por um ou dois cães, partem pela manhã após tocarem uma buzina para anunciar a todos os proprietários de cabras que os pastores daquele dia estão prontos, regressando no final do dia, com o rebanho para a aldeia. Nos meses de Verão, entre Junho e Setembro, os animais pernoitam na serra numa cerca, protegidos do ataque dos lobos, enquanto os pastores voltam à noite para a aldeia.

#### **3.7.4 Os regadios**

A gestão das águas, dos seus direitos e dos sistemas de rega é uma tarefa comunitária, realizada seguindo os mesmos princípios básicos desde tempos remotos. Em Fafião, os agricultores têm um acordo para a gestão dos sistemas de rega. A rega é efetuada, essencialmente, entre os meses de Maio e Setembro, sendo que o modo tradicional de irrigação consiste na abertura de pequenos regos, talheiros, a partir dos canais de irrigação principais, utilizando ferramentas manuais (enxadas e pás). Um dos trabalhos da comunidade consiste na manutenção e limpeza do sistema de levadas, canalizações e tanques de rega. Esta manutenção é feita anualmente antes do início do período de rega, de acordo com as necessidades e seguindo as regras acordadas entre os herdeiros. A manutenção dos sistemas de irrigação dos baldios da aldeia é realizada pelos sapadores florestais a cargo do Conselho Diretivo. Os direitos à água estão associados aos direitos da terra, devendo a água ser usada proporcionalmente à dimensão do terreno, ou seja, através de heranças.

A água deriva de nascentes nos terrenos baldios, sendo armazenada em tanques e, em alguns casos, nas chamadas poças, construídas em terra, podendo ter direito a uma hora, 12 horas de reserva de água, ou a meio dia (6 horas). Em geral, os regadios funcionam num sistema rotativo, semanalmente e que muda de herdeiro ou pela manhã ou pela tarde.

### 3.7.5 O fojo dos Lobos

Este monumento trata-se de uma armadilha usada no passado pelas populações para atrair e matar os lobos que existiam na região. O lobo-ibérico, *Canis lupus signatus*, tem no Parque Nacional da Peneda Gerês um dos seus últimos refúgios. Trata-se de uma espécie com o estatuto de proteção "em perigo" de extinção. Para Alvares, *et al* (2000), os fojos, na maioria dos casos construídos em pedra, serão, talvez, o símbolo máximo das manifestações culturais a nível ibérico da relação, tantas vezes fatal para o lobo, entre as populações humanas e aquele predador. *"São estruturas cuja construção envolveu um enorme esforço e grande número de pessoas, sendo, também, verdadeiros monumentos de elevado valor etnográfico, cultural e científico."* Mundialmente, o norte da Península Ibérica parece ser a região onde existem fojos em maior número e variedade, *"De acordo com a sua tipologia e modo de utilização existem 5 tipos distintos de fojos: o Fojo simples; o Fojo de Cabrita; o Fojo de paredes convergentes; o Fojo de alçapão; e o "Corral". À exceção do fojo simples, com distribuição generalizada, as restantes estruturas distribuem-se maioritariamente nas serras agrestes do nor-noroeste Ibérico, estando, aparentemente, ausentes nas zonas baixas e planálticas mais humanizadas"* (Alvares et al., 2000).

Tradicionalmente, era costume realizar batidas ao lobo de modo a eliminar este animal, visto atacar os rebanhos. Quando se realizava uma batida ao lobo, encarada como um motivo de orgulho para a comunidade, participava um grande número de pessoas e o objetivo era encurralar o lobo para o "fojo dos lobos". O fojo dos lobos de Fafião é constituído por dois grandes muros convergentes em ângulo agudo numa encosta descendente, com vários metros, terminando num buraco profundo coberto por ramagens onde o lobo cairia e seria finalmente abatido (Fig. 3.16).



Figura 3.16: Fojo dos Lobos

O Fojo dos lobos de Fafião, recuperado recentemente, representa um dos mais extraordinários exemplares destas estruturas tradicionais existentes em Portugal.

### **3.7.6 As festas da aldeia**

Todos os anos, no dia 25 de Julho, celebra-se a festa de Santiago, representa um ritual festivo de tradição milenar, descendente direta do culto de deuses pré-cristãos pelos povos que habitam esta região há séculos. A organização das festas é mais uma interessante e significativa manifestação de comunitarismo.

Naturalmente, nos preparativos das festas toda a comunidade se envolve. Todos os anos entra em funções uma nova comissão de festas, esta não é voluntária e todos os moradores devem, eventualmente, fazer parte dela, num sistema rotativo. Cada comissão é constituída por cinco elementos, assim, e com cerca de 60 ou 70 potenciais festeiros, a rotatividade da comissão é de cerca de 12 anos. A comissão é constituída por um tesoureiro e quatro ajudantes angariadores, normalmente, não existem contribuições financeiras por parte das autarquias, a principal função da comissão de festas é a de angariação de fundos. O dinheiro angariado serve, fundamentalmente, para o contrato de bandas, para as decorações, para os foguetes, para os cartazes e para outras despesas.

As angariações de fundos são conseguidas através de múltiplas fontes, tais como:

- Cada agregado familiar deverá contribuir com uma determinada quantia de dinheiro de acordo com as possibilidades.
- Os patrocínios de pequenas e médias empresas locais e do comércio têm representado uma boa fonte de rendimento para as festas.
- Realização de eventos, nomeadamente torneios de cartas, sueca e truco.
- Leilões, rifas e sorteios, alguns prémios são oferecidos por patrocinadores. Os arremates, leilão de carnaval realizado no Domingo Gordo, onde várias ofertas de produtos locais são leiloadas.
- Talvez o jogo tradicional mais interessante e original para angariação de fundos é o “*Jogo da Vaca*”: Num campo com bom pasto é criado um quadrado dividido em cerca de 100 quadrículas de igual tamanho, delimitadas por estacas e um pastor

elétrico. Cada apostador compra um ou mais quadrados, com um metro quadrado, por uma determinada quantia, após estares todos os m<sup>2</sup> disponibilizados vendidos, é colocada uma vaca no terreno para apascentar, quando a vaca fizer as suas primeiras necessidades é verificado a quem pertence e esse é o vencedor de um bezerro.

- Se o dinheiro angariado pelos festeiros não for suficiente, estes deverão contribuir pessoalmente para a festa. No caso de sobrar dinheiro, este reverterá para a comissão fabriqueira, para manutenção da capela. As festas têm um significado religioso, mas também representam obviamente um benefício económico para a aldeia, pela atração de visitantes e turistas e, sobretudo, emigrantes em férias nesta altura do ano.

## **4. Proposta para ecomuseu do Barroso em Fafião**

### **4.1 Os objetivos do Ecomuseu**

O Ecomuseu do Barroso resultou da consciência e da preocupação de salvaguardar o património natural, cultural e socioeconómico, contribuindo para o desenvolvimento das populações e da região.

No âmbito da promoção do desenvolvimento local da aldeia de Fafião, a criação de um polo do Ecomuseu do Barroso deve ser incentivado, o que pressupõe a participação ativa da sua população. Para esta iniciativa, os objetivos orientadores são idênticos aos objetivos já referidos para o Ecomuseu, apresentando-se neste trabalho propostas para a sua concretização e ainda propostas inovadoras que podem realçar a singularidade de Fafião. A valorização do património nas diversas vertentes, nomeadamente o património arqueológico, o património rural construído, o património religioso e cultural da comunidade, deve ser promovida. De igual modo, deve-se apostar na valorização de locais de elevado valor ambiental existentes no território, nomeadamente através da promoção e rentabilização dos recursos naturais, mantendo a sua conservação e sustentabilidade e da valorização e preservação do saber fazer tradicional. A promoção e o incentivo à visita, à participação e à estadia na região, a articulação de atividades dinâmicas e de lazer, podem tornar a região num destino turístico para todo ano e não sazonalmente. A criação de circuitos que permitam a oportunidade de participação nas tradições mais características da aldeia, também se assumem como pontos a valorizar.

### **4.2 Estruturas físicas**

A sede do polo estará localizada no centro da aldeia, possuindo uma sala de projeção multimédia para apresentação e divulgação das principais tradições da aldeia. A sede assumirá, de igual modo, a função de posto de informação para todas as atividades a realizar, desde caminhadas a plantações, trilhos e workshops, visando a participação da comunidade nas tradições.

O edifício da sede era uma antiga habitação em pedra, com uma área de implementação de 125 m<sup>2</sup> com rés-do-chão e 1º andar. O projeto de recuperação do edifício assentará na preservação e valorização da relação privilegiada que o edifício estabelece com a edificação adjacente, na recuperação das fachadas exteriores em granito, na recuperação

dos materiais existentes e na aplicação de todos os materiais e elementos a acrescentar como assumidamente novos, de forma a não perder a leitura do edifício existente.

No rés-do-chão estarão localizadas a receção, uma loja de venda ao público e uma sala com o pé direito duplo e teto de duas águas, em que as paredes servirão de telas de projeção. No 1º andar, com acesso através de umas escadas transparentes, ficará uma sala de exposições onde o som e a imagem serão também trabalhados com acesso às novas tecnologias. Este edifício funcionará como polo principal (Fig. 4.17/18).

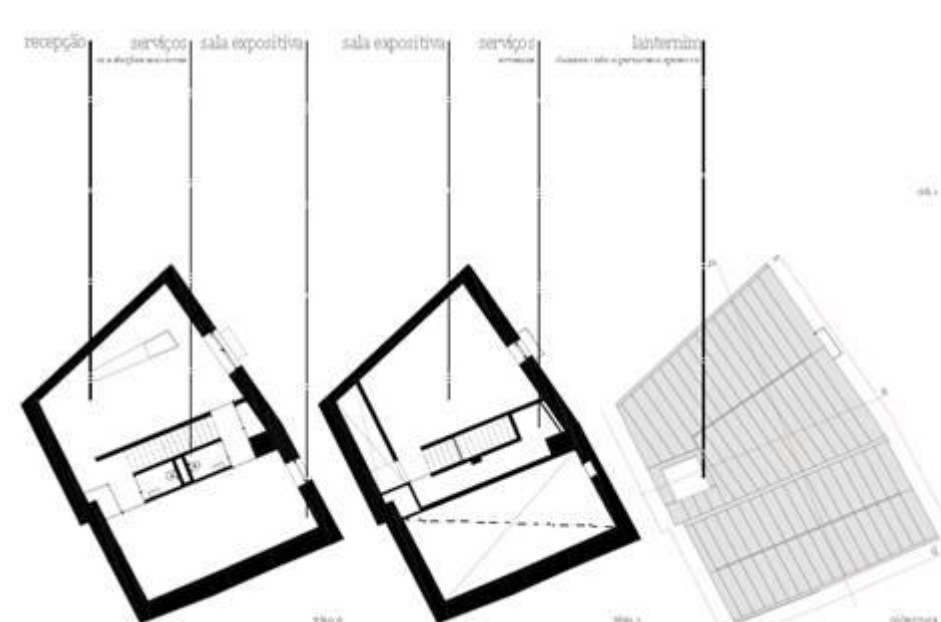


Figura 4.17: Planta polo principal, (Arq. Alexandra Pires, autor)

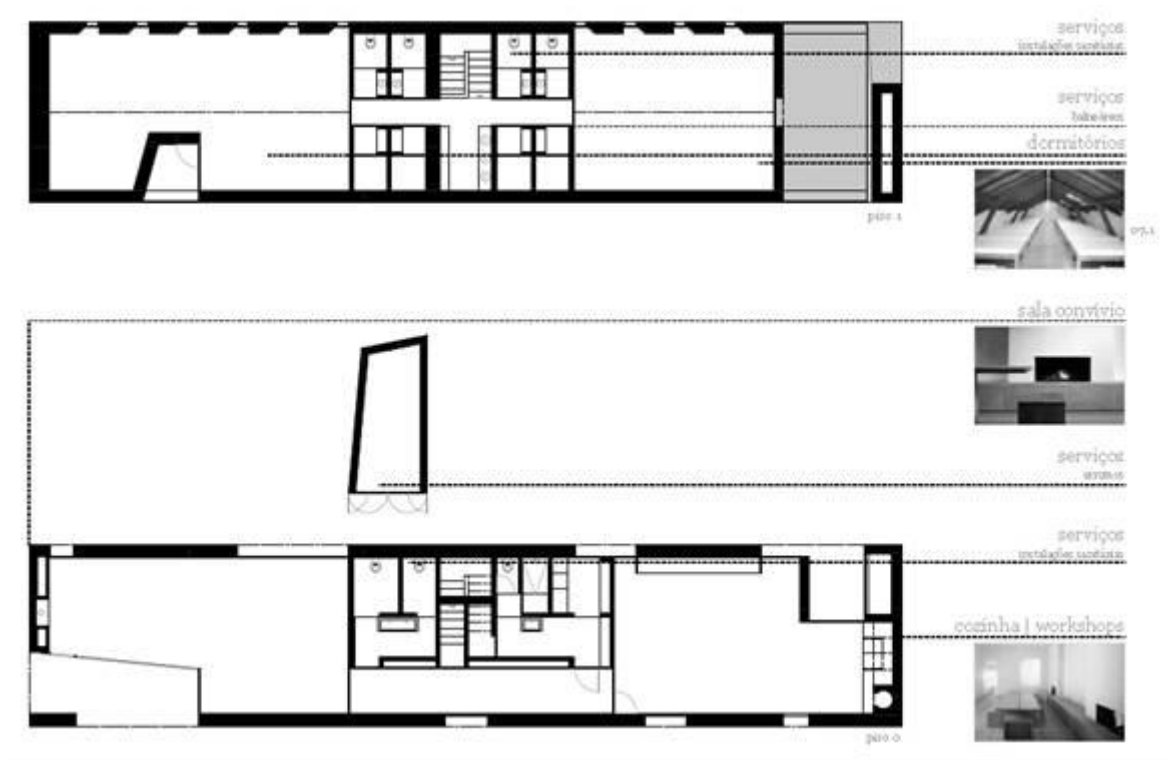


Figura 4.18: Imagens do futuro Ecomuseu em Fafião, (Arq. Alexandra Pires, autor)

Como polo secundário teremos a antiga escola primária e a telescola, com 184 m<sup>2</sup>, onde se pretende acolher uma parte das atividades do Ecomuseu relacionadas sobretudo com as antigas tradições. Pretende-se que este polo funcione como um albergue, servindo de apoio às atividades ao ar livre organizadas pelo polo principal.

No rés-do-chão será construída uma cozinha tradicional com sala de jantar e uma sala de estar com lareira permitindo a organização de eventos, workshops de culinária e outras

atividades como a matança do porco e reuniões da associação Vezeira. Serão também criadas umas instalações sanitárias e uma lavandaria. No 1º andar serão criados os dormitórios para cerca de 8/10 pessoas, com instalações sanitárias e balneários de apoio (Fig. 4.19/20).



**Figura 4.19: Polo Secundário** (Arq. Alexandra Pires, autor)



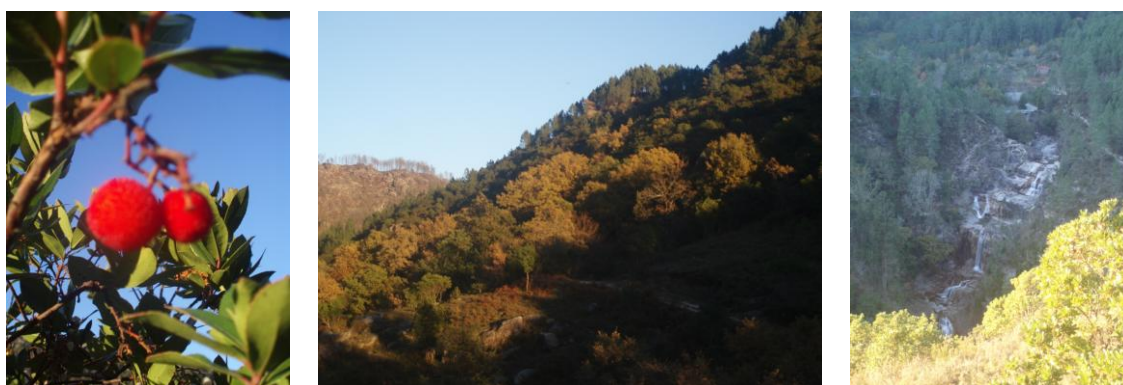
**Figura 4.20: Edifício existente**



### 4.3 Trilhos culturais

Os três vértices que sustentam o capital turístico de Fafião – Ambiente, Património e Cultura - constituem um potencial latente cuja rentabilização só é possível mediante a implementação de um projeto integrado de preservação, recuperação e valorização articulada destes recursos de desenvolvimento endógeno. A criação, recuperação e exploração de trilhos perdestes possibilitam um contacto direto com o património, quer para a comunidade local, quer para os visitantes, assim como com os espaços naturais e humanizados, fornecendo toda a informação das características e facilitando a interpelação com o meio envolvente. Alguns dos trilhos já estão homologados e marcados por GPS, como é o caso do trilho da Vezeira e do trilho do património construído.

No que concerne ao trilho do Medronheiro, este, apesar de já ser realizado pela Associação Vezeira há alguns anos, ainda não foi homologado. No entanto, tem tido uma grande adesão e participação, quer de visitantes quer da população. Trata-se um trilho de dificuldade média, com um percurso pelo território envolvente da aldeia, passando pelas áreas de floresta, desde carvalhais e áreas com inúmeros exemplares de medronheiros, com vista privilegiada das cascatas do Taiti, sendo uma referência a visitar do Parque Nacional da Peneda Gerês (Fig. 4.21). A Associação Vezeira realiza este percurso no mês de Novembro, época de frutificação dos medronheiros.



**Figura 4.21: Paisagens observadas na realização do trilho do medronheiro**

O trilho da Vezeira, sendo o trilho que requer um maior nível de resistência dos existentes no território da comunidade de Fafião, fornece a oportunidade aos participantes de conviverem com a natureza, desde o contexto da aldeia até ao alto da montanha, visitando todos os currais com cabana de pastor onde as vezeiras das vacas pernoitam durante o verão e os pastores as guardam num sistema rotativo. Durante este trilho é possível o

encontro com paisagens únicas, nomeadamente lagoas, áreas de aparecimento espontâneo do lírio do Gerês, flor endógena desta serra, turfeiras únicas, havendo sempre a possibilidade do encontro com cabras selvagens ou mesmo o lobo ibérico, entre muitas outras relíquias (Fig. 4.22). Este trilho tem como particularidade o facto da sua orientação ser feita por mariolas.



**Figura 4.22: Paisagens observadas na realização do trilho da vezeira**

Relativamente ao trilho do património construído, podemos caracterizá-lo como um percurso de dificuldade média, com um circuito pelos elementos mais importantes como o lagar de azeite, os moinhos na margem do rio toco, o fojo do lobo e um pouco por toda a aldeia (Fig. 4.23).



**Figura 4.23: Paisagens observadas na realização do trilha do património cultural**

Para o estudo de percursos e definição de caminhos, é necessário ter a preocupação de incluir zonas naturais, florestais, agrícolas, arqueológicas, arquitetónicas e etnográficas. Os percursos a conceber deverão proporcionar aos visitantes um trajeto agradável e seguro. Para a visita se tornar uma experiência única e fundamental, devem existir ao longo dos trilhos painéis informativos que possibilitem uma orientação mais eficaz dos interessados ou a análise na íntegra de mapas dos trilhos com os locais de maior interesse assinalados, com uma linguagem clara e objetiva.

Caso haja manifestação de interesse por parte dos visitantes por informações com maior pormenor, as mesmas deverão estar disponíveis através de desdobráveis ou brochuras interpretativas previamente concebidas e disponibilizadas na receção do Ecomuseu e/ou em locais em que possa ser útil, como no Centro de Turismo do Gerês, nos outros polos do Ecomuseu do Barroso ou na biblioteca municipal.

Caso se trate de uma visita de estudo por parte de um estabelecimento de ensino ou uma visita de grupo, e mediante a solicitação de informações pormenorizadas sobre a região, deverá ser disponibilizado um guia para acompanhamento da mesma.

#### 4.4 Criação de roteiros para a participação das tradições

A criação e elaboração de roteiros culturais assumem-se como estratégias importantes para o desenvolvimento da região, uma vez que procuram a valorização do património local, incentivando a oferta turística e a visita.

Através dos espaços, dos meios e dos equipamentos é permitido aos visitantes e à população em geral ter uma noção das características da região. Não obstante, é através da observação “*in situ*” que é possível conhecer mais pormenorizadamente a geologia, a natureza, o património e, ainda, os usos e costumes da comunidade local. Os roteiros devem dar a conhecer locais com elevado significado para a região, podendo ser criadas rotas para todo o terreno, bicicleta, autocarro e mesmo a pé. Os roteiros devem também ter associados diferentes níveis de dificuldade.

Os trilhos pedestres são uma ocupação saudável de tempo e ao desfrutar da natureza podem-se transformar numa aventura, sendo fundamental informar corretamente qual o nível de dificuldade dos trilhos para definir se a participação de visitantes com reduzida mobilidade motora é possível e aconselhável.

O desejo de conhecer novas realidades, aliado ao acompanhamento de um mapa com o trilho definido, uma máquina fotográfica, para amantes da fotografia, e de uma lancheira com uma merenda, proporcionam aos visitantes um passeio único e inesquecível pelo vasto património natural.

Também é possível a realização de visitas ao território de bicicleta, sendo este um meio de transporte ecológico para percorrer e conhecer a região. Contudo, os adeptos desta modalidade poderão ser em menor número ou uma população menos diversificada.

A realização de trilhos em todo o terreno é igualmente possível em algumas zonas do território, visando, tal como a realização dos anteriores, o conhecimento do património da região e, simultaneamente, o desfrute e o convívio dos participantes com as pessoas locais, que estão sempre de sorriso no rosto para prestar qualquer esclarecimento ou sugestão. A realização destas visitas ao território serão feitas por estradões de terra batida existentes pelo meio da serra.

Por fim, também podem ser realizadas visitas de carro ou autocarros, mas estas serão destinadas ao conhecimento da região a nível do concelho e serão realizadas pelas estradas municipais com paragens nos locais de maior relevância para o visitante.

#### **4.5 Educação ambiental e animação cultural**

Para um enquadramento com êxito do pólo do Ecomuseu do Barroso em Fafião, é necessária a criação de uma equipa formada em Ambiente e em Animação Cultural para trabalhar junto da população, cativando e encorajando a participação na defesa e na valorização da riqueza do meio natural local. É imperiosa a informação e sensibilização do setor económico local e da população em geral e, por isso, entende-se a importância da criação de um plano de educação ambiental e animação cultural, não só para o exercício da cidadania, como também para uma melhoria da qualidade de vida da população, produzindo comportamentos ecológicos para garantir o sucesso no futuro.

A criação de meios pedagógicos, com os objetivos de proteção do meio ambiente, que possibilitem a sensibilização, o incentivo e a orientação da população para a preservação do património natural, histórico e cultural da região onde habitam e, ao mesmo tempo, o incentivo à participação em atividades de carácter educativo, cultural e lazer são objetivos a ter em consideração. As escolas terão sempre um papel importante na divulgação, na formação e na mobilização dos jovens mediante ações de prevenção do meio ambiente, entre outras iniciativas.

Esta equipa deve também promover a participação ativa e regular da população visitante através de exposições temáticas de sensibilização, de carácter temporário ou itinerante, exposições de fotografias, objetos da comunidade com interesse em divulgar, publicações de postais, brochuras, jogos com carácter educativo, conferências, sessões de cinema, promoção dos produtos locais, realização de visitas guiadas e participação nas atividades tradicionais.

Também deve ser da competência desta equipa o agendamento prévio de visitas de turistas que, antecipadamente, solicitem uma reserva para passar pela experiência de acompanhar os pastores da vezeira das vacas ou das cabras, vivenciando uma experiência única e bastante gratificante.

## **4.6 Abertura de espaço para venda de produtos típicos**

A pensar no desenvolvimento local, considera-se fundamental a existência de uma loja no espaço físico do Ecomuseu, polo de Fafião, para venda dos produtos regionais, (pão milho, o fumeiro, mel de urze, rendas, postais, compotas, chás, livros e vídeos locais), conseguindo, desta forma, atrair um maior interesse turístico na experimentação do gosto da vida local podendo, ao mesmo tempo, ser facilitada a exploração dos espaços naturais, culturais, construídos e a vivência de situações de comunitarismo.

Para que este espaço se tornasse muito mais enriquecedor, e porque a comunidade também faz parte do cenário natural do ecomuseu, seria fulcral existir a possibilidade do público visitante poder assistir à realização por um elemento da comunidade de tarefas quotidianas típicas como cozer o pão, a preparar o fumeiro, a apanha das ervas para secagem de chá, uma desfolhada, como um complemento que valorizaria as vivências do território e daria a possibilidade de integrarem, por momentos, a comunidade.

Este espaço de venda e de promoção das atividades seria também um bom local de comercialização de produtos atuais e de acolhimento de projetos novos e inovadores. A existência de uma política leal de comercialização seria relevante e, a par da criação de critérios de qualidade, poderá contribuir para a criação de uma marca certificada que promova, defenda e garanta a qualidade dos produtos regionais aqui colocados à venda.

Pensando no mercado externo do concelho, a criação de uma rede de comercialização ou o alargamento da rede existente de produtos regionais que envolva as autarquias, as associações e as cooperativas do concelho e outros, poderá ser uma mais-valia para o aumento da produção e, assim, contribuir para o desenvolvimento e divulgação da aldeia e do concelho.

Com isto, pretende-se a criação de novas oportunidades para o desenvolvimento do emprego no mundo rural, a criação de pequenas e médias empresas de restauração, ofícios tradicionais e a animação turística com vista à promoção do desenvolvimento local.

## **4.7 Funcionamento e sustentabilidade**

### **4.7.1 Horários e staff**

O polo do Ecomuseu deverá estar aberto de terça a domingo, com o seguinte horário de funcionamento: 10:00-13:00 h e 14:00-18:00 h. Existe a possibilidade do horário de

abertura ser antecipado mediante a existência de marcações relacionadas com a vezeira das cabras, uma vez que para se viver e reviver a tradição é necessário começar o dia bem cedo.

Também deverá ser estipulado um dia específico para a realização de visitas guiadas e para as escolas. Será necessário ter sempre pessoal disponível, assim como material para a divulgação e promoção das atividades atualizado e acessível a toda a população.

#### **4.7.2 Marketing para divulgação do ecomuseu**

Um Ecomuseu que possua uma boa fundamentação para a sua criação, poderá motivar os visitantes, mas uma boa divulgação com estratégias de marketing bem adaptadas será fundamental para o crescimento sólido do projeto. A criação de artigos para oferta e/ou venda, tais como postais, reproduções, fotos, publicações relacionados com a história local, canetas, lápis, t-shirt, bonés, gorros, documentários, mapas, levantamentos fotográficos, entre outras ideias que possam ainda surgir, é outra das iniciativas a ter em consideração. Um dos pontos a ser analisado será a possibilidade de criação de uma pequena lembrança a oferecer a todos os visitantes do Ecomuseu.

A divulgação do Ecomuseu, com a difusão das suas atividades através de folhetos, página web, rádio e jornais locais e mesmo nacionais ou até mesmo um *outdoor*, será igualmente um ponto importante para o crescimento do mesmo.

#### **4.7.3 Restaurantes com petiscos e pratos da gastronomia regional**

A gastronomia é um dos muitos aspetos a destacar na região de Montalegre, sendo confeccionada com produtos regionais. Produzidos localmente. Saber tirar partido de produtos de excelência como o presunto, o fumeiro, a batata, o cabrito, a chanfana, os legumes, entre outros, deve ser alvo de uma cuidada preservação, divulgação e comercialização.

Com isto, entende-se que seria fundamental a dinamização de espaços de promoção e comercialização destes produtos. A ideia passaria pela criação de uma rede entre os restaurantes da aldeia e outros nas proximidades, onde seria disponibilizado um serviço de qualidade dos produtos típicos aos visitantes. Com esta dinâmica seriam criados postos de trabalho e assistir-se-ia a uma valorização dos produtos locais, podendo surgir projetos de novos negócios. Para esta dinamização seria fundamental o envolvimento de entidades

privadas, públicas e de regiões de turismo como forma de divulgação e promoção do empreendedorismo. A criação de uma cozinha regional para a prática de workshops de gastronomia regional, poderia também contribuir para esta dinamização.

A ideia, já posta em prática pela Associação Vezeira, que consiste na possibilidade dos participantes em atividades realizadas na aldeia participarem em um almoço, jantar ou mesmo merendeiro tradicional e comunitário no decorrer das mesmas, seria um ponto forte no auxílio da manutenção da ideia de comunitarismo praticado na aldeia e da promoção da sua gastronomia. A partilha e a entreatada são, assim, elementos a preservar.

A organização da participação nas atividades das famílias com características do mundo rural e, conseqüentemente, a participação na refeição pode representar um grande valor etnográfico, assumindo-se como uma ideia interessante a divulgação da identidade cultural da comunidade. Para um turista que pretenda desfrutar da essência da aldeia, nada melhor que a oportunidade de poder participar num trabalho do mundo rural e, ao mesmo tempo, partilhar uma saborosa refeição de sabores locais.

Juntamente com os restaurantes locais, também seria fundamental pensar na certificação do cabrito e da cabra para a gastronomia, isto porque estes animais alimentam-se somente da pastagem nas serras.

#### **4.7.4 Gestão e financiamento do projeto**

A criação deste polo do Ecomuseu do Barroso integrado em espaços naturais, seminaturais e humanizados deverá ser gerido pelo Ecomuseu do Barroso, pela autarquia, pela comunidade residente e, em especial, pela Associação Vezeira já existente na aldeia, com provas dadas na valorização, na conservação, na preservação e no desenvolvimento de Fafião.

Relativamente a financiamentos, estes devem ser procurados no âmbito público e privado, através de protocolos e da candidatura a fundos comunitários existentes no novo quadro comunitário. De igual modo, a criação do ponto de venda dos produtos locais no espaço físico do Ecomuseu deste polo poderia ser uma mais-valia financeira. Uma outra forma de obtenção de financiamento poderia ser a criação de um dia mensal para a projeção de filmes, com a tentativa de criação de dinamismo na população e da oferta de melhora qualidade de vida, isto porque a sala de cinema mais próxima fica a cerca de 50/60 km.



A Associação em dias de eventos, como trilhos e matança do porco, entre outras, poderia realizar o almoço para um determinado número de pessoas, sendo que as restantes seriam distribuídas pelos restaurantes, servindo de rentabilização para o Ecomuseu. Este objetivo iria também de encontro à criação de uma cozinha regional para a prática de workshops que poderiam também proporcionar uma fonte de rendimento.

## **5. Conclusões e perspectivas futuras**

O progresso e a disseminação de novas culturas podem conduzir à descaracterização progressiva e permanente de uma região, sendo necessário desenvolver projetos de modo a que o território, nomeadamente o património cultural, construído e natural, e as pessoas e os seus usos e costumes sejam preservado. Pelo exposto, há necessidade de intervenção na região de Montalegre, mais propriamente na aldeia de Fafião, com vista à conservação, preservação e divulgação de um desenvolvimento onde o progresso tecnológico, social, económico, patrimonial e cultural salvaguardou a identidade da comunidade local.

Com este trabalho, pretendeu-se contribuir para uma organização funcional de modo a recuperar, preservar e valorizar o que de valioso o território contém, assim como trabalhar no sentido da valorização da região, do desenvolvimento integrado da comunidade e, conseqüentemente, da região, combatendo desigualdades sociais, económicas e culturais que possam existir na comunidade.

Com a certeza de que a Museologia na sociedade contemporânea está preocupada com a relação do homem e o seu meio natural, e que o Museu Local tem um papel fundamental no desenvolvimento sustentável de uma região, procurou-se analisar a nova Museologia enquadrando os modelos de Ecomuseu e Museu Local.

Com o presente estudo salientaram-se os seguintes pontos considerados fundamentais e relevantes para o sucesso do pólo do Ecomuseu que se deseja em Fafião:

- O polo de Ecomuseu não deverá ser entendido como uma parcela da comunidade, mas sim como uma integração no seu meio ambiente, abrangendo todos os setores do meio físico e social, população, património natural, construído e cultural, para assim refletir a coletividade da qual fazem parte, explicando e interpretando a sua história, o seu tempo e todo o seu património. Deste modo salvaguarda-se a memória permitindo que gerações futuras possam ter a oportunidade de conhecerem as suas referências passadas.
- A construção de um espaço local dedicado à museologia é importante para o desenvolvimento da região. Para o efeito é fundamental o apoio municipal e

comunitário, através de apoios adequados e adaptados a esta realidade que possam constar no quadro comunitário de apoio de 2014/2020.

- A prática da cidadania é imprescindível ao desenvolvimento local e da qualquer comunidade. A consciencialização de determinados valores no melhoramento das condições ambientais, patrimoniais, económicas e sociais deve conduzir a população a participar no quotidiano da comunidade, de forma a construir uma visão positiva e atrativa sobre as potencialidades do território e evoluir em perspetivas futuras.
- A valorização do património, as experiências individuais e coletivas da comunidade deve ser uma via de cooperação pedagógica e de ação educativa para o desenvolvimento integrado da região.
- A preservação e valorização do património " *in situ* " deve transformar, dinamizar e enriquecer a região, aumentando a relação entre o homem e o meio ambiente com a respetiva contextualização. Se existir uma interação do homem com o meio e o inverso, num determinado território, está-se a contribuir para o desenvolvimento local.
- A criação de trilhos e roteiros museológicos é uma forma de impulsionar e rentabilizar os recursos locais e regionais.
- A ambição de transformar esta região num destino turístico nos segmentos de ecoturismo e do *touring* cultural e paisagístico, deve ser concretizada e transformada numa potencialidade regional.

Podemos concluir que existe consciência de que a transformação de um território de montanha da região transmontana num destino turístico é um processo longo e complexo, que implicará esforços e a participação de diversos atores locais e regionais públicos e privados, de modo a garantir o sucesso de uma estratégia de recuperação e valorização dos seus valores.

## Referências Bibliográficas

- Álvares, F.; P. Alonso; P. Sierra & F. Petrucci-Fonseca - Os fojos dos lobos na Península Ibérica. Sua Inventariação, Caracterização e Conservação, 2000.
- Babo, e.; Guerra, P. As relações paradigmáticas entre património e desenvolvimento: o caso do Ecomuseu do Barroso. 2005. Disponível em: <http://repositorio-berito.up.pt/bitstream/10216/53702/2/paulaguerrarelaes000119967.pdf>
- Coelho, Inocência Seita, Propriedade da Terra e Política florestal em Portugal, Silva Lusitana, Lisboa, 2003.
- CMM, 2013. Camara Municipal de Montalegre. <http://www.cm-montalegre.pt/>. Consultado em Novembro 2013.
- Decreto-Lei n.º 39/76, de 19 de Janeiro – Lei dos Baldios.
- Ecomuseu do barroso, [www.ecomuseu.org](http://www.ecomuseu.org), consultado em novembro 2013.
- <http://www.cm-montalegre.pt>
- <http://www.minom-icom.net/extensao/encontro-nacional-museologia-autarquias/encontro-nacional-museologia-autarquias-1990-2013>
- <http://www.jf-cabril.pt/>, consultada em setembro de 2013.
- Janotková, Monika, “Descrição e análise das tradições e costumes comunitários de Fafião”; Brno, 2004
- Janotková, Monika; “O Ecomuseu do Barroso, no contexto da nova Museologia”; Brno, 2004.
- J. Primo, , Cardenos de sociologia, Pensar contemporaneamente a museologia,1999.
- Lei dos Baldios, Lei nº 68/93, de 4 de Setembro, e na Lei nº 89/97, de 30 de Julho – Regime jurídico dos Baldios.
- Lima, F. Pedroso, A Evolução de conceito entre as declarações de Santiago e Caracas. In Cadernos de Sociomuseologia, nº 1, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1993.
- Lopes, César L, Historia e Ideias da nova museologia. (1988) In: Textos de Museologia. Cadernos do Minom 1. MINOM, Lisboa, 1991.
- Marques, Paula Alexandra Cassiano; Nova Museologia e Museus locais: Contributo para a organização de um Museu Local em Alvaiázere; Dissertação de mestrado, Universidade Lusofona de Humanidades e Tecnologias, departamento de Sócio – Museologia, Lisboa, 2002.
- Ministério da Agricultura, <http://www.drapn.min-agricultura.pt>, consulta em Novembro de 2013.

- Moreira, Carlos Diogo, 1996, "Identidade e Diferença. Os Desafios do Pluralismo Cultural", Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas.
- Moutinho, M.: Museus e Sociedade, Museu Etnológico de Monte Redondo, Monte Redondo 1989.
- Moutinho, Mário C. Museus e Sociedade. Cadernos de Património, 1989.
- Pedrosa, A.S.; Pereira, A. A paisagem cultural como linha de concepção de uma rota turística: o exemplo do Alto Barroso – Norte de Portugal, Revista Geonorte, Edição Especial, V.2, N.4, 2012.
- Pessoa, Fernando – Museologia nas Áreas Protegidas. in Correio da Natureza, nº 17, pp. 38-39, Serviço Nacional de Parques Reservas e Conservação da Natureza. 1992. Lisboa.
- Rivière, Georges Henri. Definición evolutiva del ecomuseo. Revista Museum, vol. XXXVII, nº148. Imágenes del ecomuseo. Paris: Unesco, 1985.
- Teixeira, J. V. David, O Ecomuseu do Barroso, A nova Museologia ao serviço do desenvolvimento Local, Dissertação de Mestrado em Património e Turismo, Universidade do Minho, Nov. 2005.
- Valente, Maria Esther. A Educação em Museu: o público de hoje no museu de ontem. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação PUC-RJ, RJ, 1995.
- Varine, Hugues de, 1987. O Tempo social, Rio de Janeiro, Livraria Eça Editora, 207 p., tables. (Colecao Eleutherias; 3) (por). Tradução e coordenação Fernanda de Camargo-Moro e Lourdes Rego Novaes.
- Varine, Hugues de. O tempo social. Livraria Eça Editora, 1987
- [www.educacaoonline.pro.br](http://www.educacaoonline.pro.br)